

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXVIII Dez. 2001 01/12/01 Nº 314 Preço 140\$00/0,70 €

- **Natal**
Associados em festa por todo o país em convívios organizados pelas delegações
página 10
- **Imposto Automóvel**
ADFA toma posição em documento enviado à Comissão Parlamentar de Defesa
página 10
- **Porto**
Aniversário da Delegação, no dia 7 de Dezembro
página 5
- **Lazer**
Actividades das delegações
páginas 6 e 16



PORTE PAGO

Inauguração em Viseu Monumento aos Combatentes do Ultramar

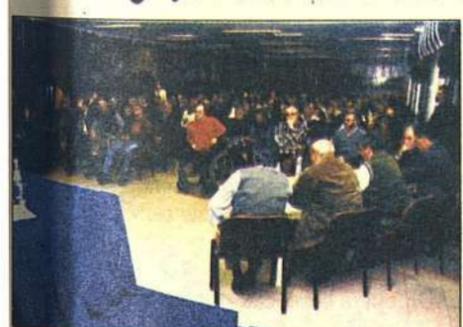


página 13

Comemorações em Castelo Branco Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

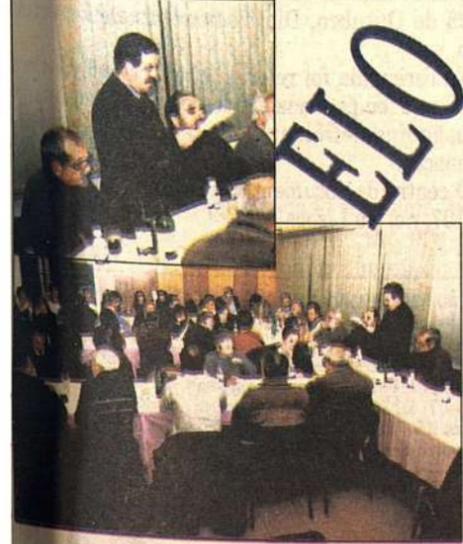
página 20

Primeira Assembleia Geral Extraordinária da Delegação de Lisboa



página 7

27.º Aniversário



página 12

Assembleia da República

Tempo de Serviço



Encontra-se em preparação na Assembleia da República o texto da futura lei sobre a contagem do tempo de serviço militar dos ex-combatentes e deficientes militares, prevendo-se a sua aprovação por unanimidade de todos os partidos, e espera-se que o Estado venha a suportar uma parte substancial dos descontos devidos, maior ou menor consoante os rendimentos dos interessados.

Os descontos a efectuar estarão relacionados com os anos em que se prestou serviço ou com a primeira inscrição na Segurança Social e serão comparticipados, mediante os casos até 80 por cento. Os rurais terão um aumento automático na ordem dos 3,5 por cento por cada ano de serviço e os que já pagaram poderão optar pelo novo regime com crédito de pensão ou pela devolução dos descontos em excesso. Os que já se reformaram poderão pedir a recontagem de tempo.

Na Segurança Social o tempo de serviço será contado desde a incorporação e por meses, e não por anos como até agora.

página 10

25 anos do 25 de Novembro

Palavras de Almeida Santos indignam ADFA

página 11

Conselho Nacional



• Plano de Actividades e Orçamento para 2002 aprovados
• Presidente da DN destaca reivindicações legislativas

páginas 10 e 11

Grupo Desportivo Murtalense organiza

VI Encontro Desportivo para Deficientes

Nos dias três e quatro de Novembro teve lugar o VI Encontro Desportivo de Outono para Deficientes, organizado pelo Grupo Desportivo Murtalense (GDM), no Murtal, Estoril, estando a ADFA representada com a sua equipa de ténis de mesa.

No âmbito deste encontro desportivo tiveram lugar o XI Torneio Quadrangular de Basquetebol em Cadeira de Rodas, no Pavilhão Almirante Nunes da Matta, da Escola Secundária de Parede, o VI Torneio de Ténis de Mesa, no Salão do Grupo Musical e Recreativo Murtalense (onde se disputou o Troféu "Carlos Curado"), e o XIII Circuito em Cadeira de Rodas, com percurso entre Murtal e Parede.

A equipa da ADFA não alcançou lugar de destaque nas classificações no Ténis de Mesa, mas "o moral era elevado e o convívio foi muito agradável", como referiu o nosso associado João Domingos.

Os atletas da ADFA em jogo foram Abel Pascoal, João Domingos, Mata da Silva e José Pedroso, que, com as equipas da APD Figueira da Foz, APD Leiria, APD Lisboa, da ANDDEM (Gaia) e do Grupo Desportivo Murtalense, fizeram as delícias dos apreciadores da modalidade.

O vencedor do torneio de Ténis de Mesa foi Eugénio Silva, da ANDDEM, seguido de Carlos Dias, do GDM, e de Daniel Rosário da



APD Lisboa. Por equipas, ficou melhor classificada a APD Lisboa, seguida do Murtalense e da APD Leiria.

Ficou a ideia de que o espaço é "um pouco pequeno para estas actividades". Sabe-se que o Murtalense espera melhores condições para a construção de um pavilhão gimnodesportivo, "mais apropriado para estas provas", como referiu Luís Jesus, dirigente do GDM. •

Reunião da Delegação de Famalicão

Na primeira 3ª feira de Dezembro, dia 04, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No primeiro e terceiro Sábados de Dezembro, dias 01 e 15, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão deslocar-se-á ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Dezembro, das 9h00 às 12h00.

Actividade cultural

No dia 07 de Dezembro a Delegação de Lisboa organiza uma ida ao Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, para assistir a um concerto de música clássica.

Aniversário da Delegação do Porto

No dia 07 de Dezembro a Delegação do Porto realiza o seu aniversário.

Reuniões nos núcleos

No dia 01 de Dezembro, Sábado, pelas 10h00, o Núcleo de Coruche realiza uma reunião plenária, com eleição dos seus Órgãos Sociais e inauguração das suas instalações, cedidas pela Câmara Municipal de Coruche, com a presença do presidente da Câmara e diversas entidades locais. Segue-se um almoço-convívio com associados e amigos.

No dia 08 de Dezembro, Sábado, pelas 10h30, o Núcleo de Peniche realiza uma reunião plenária na sua Sede, com eleição dos corpos sociais do Núcleo e um almoço-convívio no restaurante "Miramar", na avenida do Mar, em Peniche.

Consultas no HM Porto

As consultas para prescrição de ajudas técnicas no serviço de Fisiatria do Hospital Militar do Porto terão lugar no dia 12 de Dezembro.

Para usufruir deste serviço é necessário adquirir um dispositivo que se liga ao telefone, sem alterar as características da ligação à rede telefónica, e pagar uma mensalidade.

A empresa está disponível para uma colaboração com a ADFA para beneficiar os associados. •

Centro de documentação

O presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, Jorge Maurício, esteve presente na cerimónia de abertura do Serviço de Informação para Deficientes Visuais do Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Educação (ME), no dia 25 de Outubro, Dia Nacional da Desburocratização.

Na cerimónia foi referido que a Secretaria-Geral do ME está "empenhada em desenvolver estratégias de inclusão dos deficientes visuais na sociedade da informação".

O centro de documentação fica na rua 5 de Outubro, 107, r/c, em Lisboa. •

Breves

Protocolo Exército/Grupo Totta

Em quatro de Setembro o Exército e o Grupo Totta celebraram um protocolo visando obter proveitos para o Exército e para o pessoal militar, civil e militarizado, que opte por domiciliar os seus vencimentos ou pensões em qualquer das três instituições bancárias do grupo (Crédito Predial Português (CPP), Totta & Açores e Santander).

O protocolo visa regular as relações comerciais entre o Exército, representado pelo chefe do Estado Maior, general Silva Viegas, e o Crédito Predial Português, o Banco Totta & Açores e o Banco Santander Portugal, representados pelo seu presidente da Comissão Executiva, António Horta Osório.

O acordo é extensível a todas as unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, incluindo os estabelecimentos fabris, e ao pessoal no activo, reserva ou reforma, incluindo os voluntários e contratados, que optem pela domiciliação dos seus vencimentos ou pensões em qualquer balcão daquelas instituições bancárias e façam prova do seu vínculo com o Exército, sendo extensível aos filhos dos militares, militarizados e civis, até aos 30 anos ou seus dependentes, ou a outros dependentes a seu cargo.

O protocolo produz efeitos desde quatro de Setembro e vigora por um ano, renovável automaticamente por períodos anuais.

No que respeita ao pagamento de "vencimentos" de todo o pessoal militar, militarizado e civil em contas domiciliadas ou não no CPP e pagamento à Segurança Social, são realizados sem restrições; que as transferências são gratuitas e são efectuadas no próprio dia do processamento, sendo a cobertura nacional; que os prazos a estabelecer serão cumpridos.

Os benefícios aos militares, militarizados e civis com conta domiciliada estendem-se às contas "CPP Ordenado", ao empréstimo à habitação, ao crédito "Deficientes para Habitação", a outros produtos associados à habitação, aos empréstimos para fins sociais, ao crédito pessoal/crédito popular CPP, ao "package CPP Jovem", ao cartão Visa CPP Premier/Gold, ao cartão Visa Classic, ao cartão CPP Universitário ou similar, ao cartão "+ Casa", aos incentivos aos alunos dos estabelecimentos militares de ensino e de ensino militar, ao crédito automóvel ALD e à remuneração de aplicações financeiras.

Aos clientes do Banco Pinto & Sotto Mayor, ao abrigo do anterior protocolo, são garantidas as condições contratuais referentes aos empréstimos à habitação contraídos naquele banco, sem qualquer custo para o mutuário, alterando-se a conta suporte do

empréstimo para uma conta aberta no CPP.

Nos restantes produtos são oferecidas as condições do protocolo em produtos similares do CPP. •

Comemorações do Armistício

No âmbito das comemorações do 83º aniversário do Armistício da I Grande Guerra a Liga dos Combatentes promoveu uma cerimónia de homenagem, no dia 11 de Novembro, na qual a ADFA participou com os elementos da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes, presidente, e Santa Clara Gomes, 2º secretário.

Os representantes da ADFA depuseram uma coroa de flores junto ao monumento aos combatentes da I Grande Guerra, em Lisboa, numa cerimónia que incluiu a prestação de honras militares, toques de ordenança e desfile da guarda de honra, na presença do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, general Alvarenga Sousa Santos, em representação do ministro da Defesa Nacional. •

Orquestra Gulbenkian

A Delegação de Lisboa está a organizar uma ida ao Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian para assistir a um espectáculo de música clássica, no dia um de Fevereiro de 2002, onde a Orquestra Gulbenkian e a soprano Julia Varady vão interpretar áreas de óperas de Giuseppe Verdi, com direcção de Jesus Lopes-Cobos.

As inscrições podem efectuar-se até ao final de Dezembro, no Serviço Social da Delegação de Lisboa. O número de lugares disponíveis é limitado, sendo o preço por pessoa de 3.070 escudos/15,00 euros (2ª plateia). Os interessados poderão usufruir de um desconto de 30 por cento no caso de haver mais de dez inscrições para o espectáculo. •

ACAPO realiza conferência

No âmbito da Semana da Ciência e Tecnologia a ACAPO realizou uma conferência subordinada ao tema "A Sociedade da Informação e a Deficiência Visual", no dia 19 de Novembro, no Parque das Nações.

Na sessão de abertura da conferência esteve o ministro da Ciência e Tecnologia, entre muitas outras entidades que se associaram ao evento.

A representar a ADFA estiveram Jorge Maurício, presidente da MAGN, Capela Gordo, da Direcção Nacional, e Manuel Lopes Dias, da Delegação de Lisboa.

As apresentações e o debate prenderam-se com a temática da inclusão na sociedade de

informação, dividindo-se as intervenções por quatro painéis, que contaram com a participação do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, José Magalhães, e de representantes dos partidos políticos, bem como de representantes de outras entidades, de dirigentes associativos e de técnicos ligados à sociedade de informação e novas tecnologias.

A ACAPO apresentou também o Projecto "Sociedade da Informação e a Deficiência Visual", que inclui a reestruturação do seu parque informático, o desenvolvimento da sua página na net, concepção e planeamento de acções de formação nesta área e a criação de um Gabinete de Acessibilidades para a sociedade de informação. •

Magusto no Lar Militar

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa organizou, no seu refeitório, um magusto para os residentes, no passado dia oito de Novembro.

Os associados da ADFA residentes no Lar Militar contaram com a presença das técnicas de Serviço Social do LM, em representação do director daquela instituição, do presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, do coordenador do Departamento de Reabilitação e Apoio Social daquela Delegação, Silvério Rodrigues, e da técnica de Serviço Social da Delegação, Vera Mouta, e com a colaboração dos voluntários da ADFA, representados pelos associados Vasco Rocheta, Luís Pedrosa e Hélio Pereira. Alguns funcionários do Lar também participaram no encontro.

Não faltaram doces, castanhas e água-pé no lanche preparado em várias mesas de confraternização.

Houve mesmo quem se dispusesse a cantar o fado, como foi o caso do associado Lucas, que cantou e encantou no último convívio de fados organizado pela Delegação de Lisboa. O convívio prolongou-se pelo fim da tarde, com o lanche que juntou associados e outros residentes com os dirigentes da ADFA e funcionários do Lar Militar. •

Assistência permanente

A empresa Help Phone dirigiu-se à ADFA para divulgar o seu serviço de tele-assistência permanente à Direcção Nacional, no dia sete de Novembro.

A empresa presta serviços de assistência permanente (acidentes domésticos, agravamentos de saúde, ambulâncias, bombeiros, polícia), de emergência médica (com equipa médica própria, envio de medicamentos e outras) e de assistência ao lar (prestação de serviços na resolução de problemas domésticos).

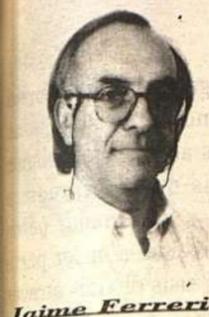
ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edição ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilarés, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia
DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Anqúes Carvalho, António Carreiro, Fernando Cardoso, Helena Afonso, Inês Castro, Jaime Ferrer, João Gonçalves, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Anqúes Carvalho (Famalicão), Domingos Seco (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), José Garrido (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO Gráficos Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625-909 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejornal - Sociedade de Imprensa, SA - Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Grande Plano

Eu fui à Guerra...

Começamos a ter razões para acreditar que estivemos na guerra, no hospital militar. Que esse tempo da nossa vida nos vai ser restituído para que possamos gastá-lo como quisermos. Por mim, mais que partida antecipada, é o prazer de me ser entregue o que de sempre julguei ser meu... e que por consciência me não força um obrigado ou a lamecha duma veneração imerecida.



Jaime Ferreri

Andava com uma dúvida em mim... Naquele tempo, ainda não tinha adquirido a maioria, mandaram chamar-me à Câmara Municipal do meu concelho. Depois de me vasculharem o corpo à procura de mazela que se visse deram-me um papel que provava ser eu apto e capaz de servir a pátria. Se estava mentalmente preparado para o glorioso acto isso era coisa de somenos importância. Ter mente, pensar, não era atributo de cidadania... se por cidadania se entende essa forma de todos serem tratados como carneiros e obedecerem à vontade suprema do chefe. A verdade é que no Janeiro seguinte me mandaram apresentar em Mafra onde uns tenentes da academia se derretiam no gozo infame de nos maltratarem. Lembro-me particularmente de um que tinha um ódio de estimação por cada soldado cadete que imaginava a estudar em Coimbra...

Com uma nota rafada terminei depois o curso em Vendas Novas e vi-me promovido a aspirante e a caminhar ao encontro de África, ao encontro da Frelimo, ao encontro duma mina, ao encontro do hospital militar, ao encontro de mim mesmo como que em raiva para a mim próprio me não deixar perder...

Sempre tive ideia de ter estado na guerra, de lá me consumirem magníficos anos da minha vida. Sempre tive ideia de comigo terem estado outros cidadãos deste país, também contra vontade, também forçados a embarcar para as costas do Índico. Juntamo-nos cada ano num restaurante misturando numa orgia de bebida o cerimonial das recordações como que um agradecimento aos deuses por termos escapado com vida. Pelo hospital militar, pelo Anexo de Campolide, passaram milhares de homens a quem o país queria esquecer, a quem se não contava o tempo de tropa, a quem se apagava dos registos esses dias como se a nação de si própria sentisse vergonha. Compreende-se. Éramos transferidos pela calada da noite para

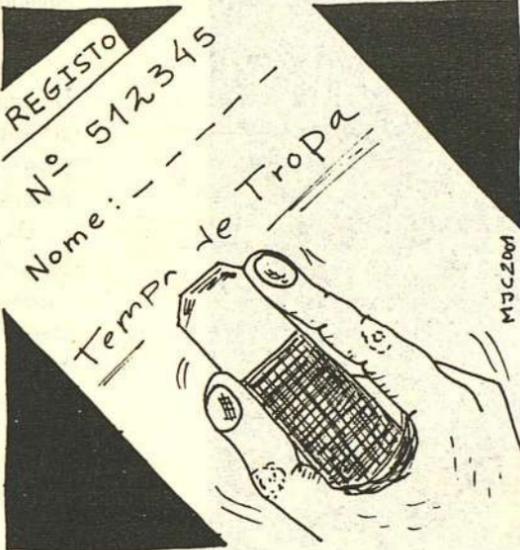
o hospital militar, éramos arquivados, numerados como pensionistas, esquecidos. Quase nos garantiam, no estatuto de aposentação em que magnanimamente nos enquadravam, o fim da vida aos vinte anos...

Muitos de nós resistiram... Não contra a pátria que nos marginalizava mas contra nós próprios ao teirmos continuar a viver, ao teirmos sermos quadros públicos, quadros de empresa, funcionários, empresários, operários, comerciantes e agricultores. Foi essa capacidade, essa tenacidade, essa vida que teimamos viver, que nos guardou até agora para que os políticos vissem que existimos. A nossa existência era uma vergonha para a moral que apregoavam. E o pior é que o tempo em que eles se dizem servidores da

pátria, porque querem, porque gostam, porque se sujeitaram a sufrágio, o tornaram dobrado em benefício próprio. Eu sei que há políticos que mereciam muito mais pelo contributo que dão à nação e que têm grandes prejuízos materiais ao aceitarem servir o país. Eu sei que há políticos de superior craveira técnica e intelectual e que colocam os seus talentos ao nosso serviço e disso não tiram qualquer proveito para além de se realizarem como cidadãos... Quem sabe, se foram esses os primeiros a perceber a justiça dos argumentos e as razões dos que no passado se viram

embarcados...

Começamos a ter razões para acreditar que estivemos na guerra, no hospital militar. Que esse tempo da nossa vida nos vai ser restituído para que possamos gastá-lo como quisermos. Muitos de nós podem apoiar mais a associação a que pertencem, a comunidade onde se inserem, o bairro que habitam... Ou simplesmente espreguiçar o corpo e a mente no sol da vida ou no aconchego dum calor de lareira. Por mim, mais que partida antecipada, é o prazer de me ser entregue o que de sempre julguei ser meu... e que por consciência me não força um obrigado ou a lamecha duma veneração imerecida. •



Episódios

O meu Banco de Portugal



António Carreiro

Andava com uma dúvida em mim... Mas isso também não era preciso para ir comandar três pelotões para o meio do mato, em puro acampamento com quatro tendas grandes e meia dúzia de buracos no chão. Tinha de se construir a ponte sobre o Nango e, embora haja por aí quem diga que não houve Guerra Colonial, os trabalhadores seriam massacrados sem a protecção da tropa que, mesmo ela, teve de reagir a alguns ataques.

Claro está que foi improvisado um bar. Porém passadas cerca de 3 semanas, começaram a chover pedidos de dinheiro porque o pré não era ali pago e logo se receberia quando se regressasse à companhia.

Ponderada a situação com a "demorada reflexão" de juventude, comecei a distribuir vales, utilizando o dinheiro em caixa no Bar. E distribuí-o todo. Volvidos que foram mais ou menos outras três semanas caiu de novo o pedido de vales à caixa. Lá distribuí, de novo, o dinheiro todo que existia no acampamento e fiquei com a caixa cheia de papéis. Mais três ou quatro semanas e a cena repetiu-se. Em três meses de acampamento o dinheiro que todos tínhamos passou pelo banco - o bar - três ou quatro vezes.

O mecanismo permitia-me até controlar individualmente o que cada um bebia; se alguém se excedia, levava uma menor quantia em vale.

Esta forma de proceder facilitou-me o controlo dos stocks que eram exíguos e dependentes da possibilidade de efectuar colunas de reabastecimento.

Contive assim as vendas em níveis desejáveis face à previsão da data da próxima coluna.

Alguns tinham que aguardar pelo empréstimo até haver dinheiro em caixa o que levava a haver reempréstimos - redistribuição do distribuído entre os beneficiados pela sorte.

Editorial

Parabéns ao ELO



José Diniz

27 anos de elo de ligação, de elo de união entre todos os que compõem esta grande Família que é ADFA;

27 anos de luta para partir os elos de outras cadeias que nos tolham a liberdade e ainda nos limitam os direitos;

27 anos em alerta para que os deficientes militares não sejam enleados em jogos de manipulação ou cânticos de sereias que os arrastem para a marginalização ou para o esquecimento;

27 anos a lançar elos de cadeias que hoje sustentam pontes de solidariedade, de reconhecimento e de afirmação pública.

É esta a história da ADFA que em Maio passado completou 27 anos. É esta a história do Jornal ELO que tem sido o oficial às ordens, a sentinela, a arma, a força sempre pronta para os combates que a nossa Associação tem travado.

Parabéns àqueles pioneiros que em 23 de Novembro de 1974, num momento de feliz inspiração, criaram e deram tal nome ao nosso jornal. Parabéns também a todos os associados que me antecederam no cargo e a todos os colaboradores que de forma voluntariosa e com espírito de missão vestiram a camisola e contribuíram para que esta chama se mantivesse sempre bem viva.

Como espelho da ADFA, o ELO tem sido um espaço privilegiado e apetecido para o confronto de ideias, para a crítica interna e externa, para os desabaços de angústias e revoltas.

Como instrumento institucional tem sido um importante veículo de projecção externa da ADFA, de reivindicação, de pressão junto dos poderes públicos.

Por ser tudo isto, o ELO é querido pelos nossos associados que, ansiosamente, o aguardam todos os meses em suas casas para o lerem de fio a pavio. Porque é nas suas páginas que se revêem em situações e episódios contados, em críticas e desabaços que, por vezes, só sabem sentir, em notícias de acontecimentos que tonificam a vida associativa, nos avanços legislativos que, finalmente, poderão fazer-lhes mais alguma justiça.

Também por ser tudo isto, sabemos que o ELO é bem recebido por muitas entidades e analisado com atenção, pois vêem nele um barómetro do pulsar da ADFA.

No prefácio do livro "As Lágrimas de Aquiles", de José Manuel Saraiva, editor da revista do "Expresso" e ex-combatente na Guiné, lançado há dias, Manuel Alegre escreve as seguintes palavras que podem ser aplicadas, inteiramente, à missão deste jornal: "Talvez este livro ajude a compreender a solidão dos combatentes das guerras de África, a sua dificuldade em comunicar, os seus, por vezes, prolongados silêncios. (...) Talvez este livro ajude também a compreender melhor os desencontros. De repente volta-se e somos outros. Como contar aos que não estiveram lá? Como partilhar com quem não faz sequer ideia do que se viveu, sofreu e morreu?". •



Passados alguns anos estudei economia e políticas monetárias e nesta altura encontrei a teorização do que já experimentara em cenário tão fora do comum. Por este episódio percebi como se pode acelerar ou desacelerar a economia e controlar a inflação lançando mais ou menos dinheiro no mercado, papel reservado ao banco central.

Quando com alguma ternura e saudade, não obstante os ataques, lembro as peripécias deste tempo, rio-me com orgulho de ter sido governador do meu Banco de Portugal. •

Passeio associativo a Lourdes

A Delegação de Setúbal está a organizar uma viagem a Lourdes, França, de 25 a 28 de Abril de 2002, naquela que vai ser a sua iniciativa anual em passeio com os associados, famílias e amigos.

A chamada "Cidade Fraterna", centro mundial de peregrinação, vai ser o destino de mais esta iniciativa da Delegação de Setúbal, cujo programa inclui as seguintes etapas:

1º Dia - 25 de Abril - 06h00 - Saída de Setúbal em direcção a Santarém, Abrantes, Castelo Branco, Vilar Formoso (almoço livre). Saída em direcção a Salamanca. Paragem e tempo livre para visitar a Catedral e a Plaza Mayor. Saída em direcção a Burgos. Jantar e alojamento.

2º Dia - 26 de Abril - Pequeno-almoço no hotel. Saída em direcção a S. Sebastian,

travessia dos Pirinéus e Irum. Continuação em direcção a Lourdes, com chegada prevista pelas 17h00.

3º Dia - 27 de Abril - Pensão completa. Visita de meio dia, com guia local, a Lourdes. A restante parte do dia é livre para poder visitar a Gruta de Massabielle, a Via Sacra, a Igreja Sta. Berandette, a Basílica do Rosário, a Basílica Superior. Pelas 21h00, participa-se procissão das Velas e terço.

4º Dia - 28 de Abril - Pequeno-almoço no hotel. Saída em direcção a S. Sebastian, Burgos. Almoço livre. Saída em direcção a Valladolid, Salamanca e Portugal com destino à cidade de origem.

O preço da viagem inclui a viagem em autocarro de turismo, três noites em hotel de três estrelas, três pequenos almoços, um

almoço, três jantares, visita guiada a Lourdes, guia turístico, seguro de viagem, taxas e impostos.

O preço por pessoa não inclui bebidas, tabacos, telefones e todas as despesas de carácter particular.

O preço por pessoa (com o mínimo de 40 pessoas inscritas) é de, em quarto duplo, 206 euros (41.300 escudos). O suplemento para quarto single é de 65,44 euros (13.120 escudos).

As informações e reservas podem solicitar-se na Delegação de Setúbal ou a José Faria, pelo telefone 21 751 2600.

A agência de viagens e turismo Promartur está a colaborar com a Delegação de Setúbal nesta iniciativa. •

Delegação de Bragança

27 anos do ELO

A Delegação de Bragança, felicita o jornal ELO, pelos seus 27 anos de existência ao serviço da ADFa e seus associados, apelando aos seus responsáveis que continuem a informar os associados espalhados pelos quatro cantos deste País que a maior parte das vezes só sabem dos seus direitos através do ELO.

Parabéns aos que dirigiram o ELO até ao 27º Aniversário.

Ao novo director desejamos as maiores felicidades nas suas novas funções, enviando-lhe um grande abraço de amizade e dizendo-lhe que "Bragança está consigo". •

Delegação de Évora

RV Esclarecimento sobre o EURO

Na sequência do programa de apoio aos associados e familiares, a Delegação de Évora levou a efeito mais uma sessão de esclarecimento sobre a nova moeda, o Euro, no dia dez de Novembro.

A sessão que teve lugar na sede da Delegação e foi atentamente acompanhada activamente participada pelas cerca de 30 pessoas presentes foi de novo orientada pelo nosso associado João Azinhas.

Os "movimentos" mais úteis, para além da equivalência da nova moeda, são as recomendações de apenas trocar escudos por euros nas instituições bancárias e a não preocupação com o valor das notas de escudos que continuarão a valer o mesmo durante 20 anos, tempo durante o qual podem ser trocadas nas agências do Banco de Portugal. •

Delegação da Madeira

Férias da Delegação

A Delegação da Madeira encerrará para férias de 17 a 31 de Dezembro.

Para esclarecimento de qualquer informação de reconhecida importância os associados devem contactar a Delegação através dos telefones 291765717 ou 291204724. •

Delegação de Setúbal

Dia do Armistício

A Delegação de Setúbal representou a ADFa nas comemorações do Dia do Armistício naquela cidade.

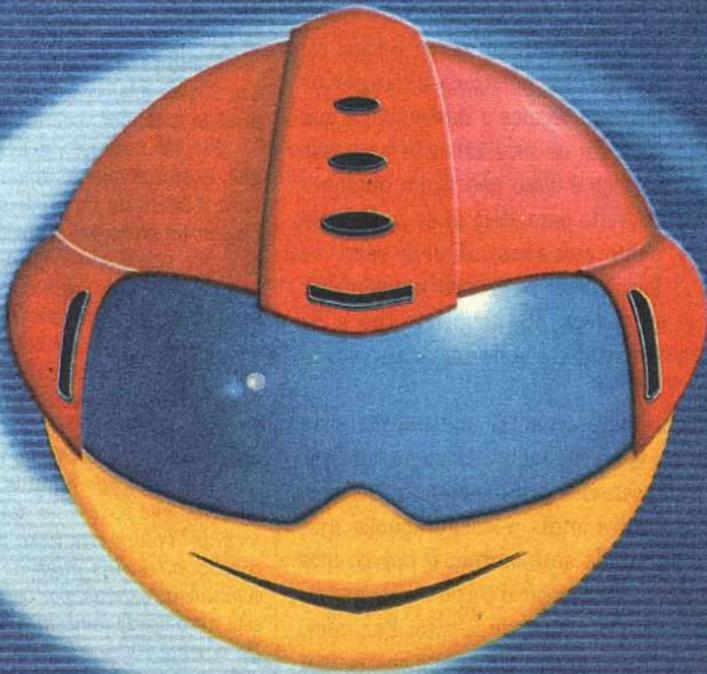
A cerimónia foi organizada pelo Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes e contou com deposição de coroas de flores junto ao Monumento aos Combatentes da I Grande Guerra, com uma alocução do presidente do Núcleo e na presença da guarda de honra da Bateria de Artilharia da Serra da Arrábida. •

Dia de Finados

Numa iniciativa da Liga dos Combatentes foi efectuada uma romagem ao talhão dos combatentes do cemitério de Nossa Senhora da Piedade, em Setúbal, na qual participou a Delegação da ADFa naquela cidade.

A presidir à homenagem esteve o bispo de Setúbal, D. Gilberto Canavarro dos Reis terminando a cerimónia com a deposição de coroas de flores das diversas entidades presentes junto ao obelisco do talhão dos combatentes. •

RÁPIDO • FÁCIL • SEGURO



TOTOMIC

O NOVO SISTEMA DE APOSTAS

DA SANTA CASA.



APOSTE AGORA. GANHE JÁ.



Abel Fortuna

O significado de um aniversário

A comemoração de um aniversário por parte de uma Delegação é o momento de festa e de união em volta de valores que constituem a razão da sua existência. Porém deverá ser também um momento de balanço e de reflexão relativamente ao passado e ao presente, na perspectiva da escolha dos caminhos para os desafios do futuro.

Os aniversários deverão servir igualmente, para a tomada de consciência associativa de que a grandeza ou a miséria de uma Instituição, é o fruto do trabalho, do esforço, da generosidade e do empenhamento dos seus membros, a maior parte dos quais passa pelas Organizações de forma despercebida e sem nunca regatear saliências ou protagonismos. Da fundação ao presente de uma colectiva-

de, está sempre a doação dos seus membros que representa o seu capital mais valioso.

Ocorrem-me estas considerações a propósito da comemoração que se avizinha, dos 27 anos que estão prestes a decorrer sobre o primeiro acontecimento associativo que deu origem à criação da Delegação do Porto. Trata-se da segunda Delegação que congrega maior número de associados, rica de um passado associativo que se tem pautado pela defesa firme e intransigente dos ideais e dos valores da ADFA, orgulhosa das suas realizações de que se salienta o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e um conjunto de Serviços destinados aos associados.

Está já lançado um novo e grandioso desafio para a Delegação que é o de construir um equipamento com capacidade e qualidade para responder aos problemas da nossa

velhice. É um desafio que exige não só trabalho e empenhamento dos seus dirigentes, como a união e o apoio de todos os associados para que as "batalhas" dessa "guerra" possam ser vencidas e a ADFA, dentro de alguns anos, possa dispor de uma estrutura que representará o saldar de uma dívida da Nação para com os Deficientes Militares do Norte do país, muitos dos quais tiveram que ficar pela Capital em virtude das suas residências não estarem adaptadas às suas deficiências.

A Delegação do Porto está de parabéns e os seus associados certamente que vão assinalar a passagem de mais um aniversário com orgulho e com um sentimento de reconhecimento pelos que ao longo dos seus 27 anos de existência, contribuíram para que seja o que hoje é. •

AF

27º Aniversário da Delegação do Porto

Completam-se no dia sete de Dezembro 27 anos de grande e intensa participação associativa, da Delegação do Porto na ADFA.

A data, que é motivo de grande regozijo por parte dos associados da área da Delegação, vai ser assinalada festivamente e de forma descentralizada, através da realização de um conjunto de convívios associativos que terão lugar nos seguintes lugares e datas:

Dia 01 de Dezembro (Sever do Vouga) - 12h30 - Almoço de aniversário, no restaurante "O Cortiço", em Sever do Vouga, destinado aos associados dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga. A organização está a cargo dos associados Elísio Dias, Nelson Serra, Armindo Coutinho.

Dia 07 de Dezembro (Porto) - 17h30 - Sessão no Salão Nobre da Delegação, com a presença de entidades convidadas, elementos dos Órgãos Sociais e associados para a apresentação das iniciativas desenvolvidas durante o ano e do projecto de adaptação e remodelação das actuais instalações. Segue-se um Porto de Honra. Pelas 20h00 terá lugar o jantar de aniversário, no refeitório da Delegação.

Festa de Natal

A Festa de Natal da Delegação do Porto do ano 2001, pretende-se que seja um acontecimento associativo idêntico às Festas de Natal que ocorreram nos anos 80. Nesses anos, os associados e suas famílias chegaram a encher as salas dos cinemas Júlio Dinis e Vale Formoso. Foi o tempo em que os nossos filhos reclamavam a nossa participação e vibravam com o Natal.

Os nossos filhos cresceram e muitos dos

ção. Inscrições até ao dia 03 de Dezembro.

Dia 08 de Dezembro (Santa Maria da Feira) - 11h00 - Concentração junto ao Estádio do Fiães; 11h30 - Missa pelos associados falecidos na Capela de Nossa Senhora das Neves, em Fiães; 12h45 - Almoço de aniversário no restaurante a "Flor do Bolhão". Organização a cargo dos associados António Lopes, António Santos e Venâncio Santos. Inscrições até ao dia 01 de Dezembro.

Dia 15 de Dezembro (Vila Real) - 12h00 - Concentração em Vila Real, junto ao restaurante "A Meta"; 12h30 - Almoço de aniversário em Vila Real, junto à antiga bancada do circuito. Organização a cargo dos associados Luís Moura, José Martins e José Henriques. Inscrições até ao dia 10 de Dezembro.

Dia 15 de Dezembro (Boticas) - 12h00 - Concentração dos associados em Boticas; 12h30 - Almoço no Restaurante "O Rodrigues", em Boticas. Organização a cargo dos associados Manuel Silva e Lídia Monteiro, inscrições até ao dia 10 de Dezembro.

Dia 16 de Dezembro (Viana do Castelo)

associados são já avós, razão pela qual a Direcção da Delegação do Porto decidiu alargar a Festa de Natal 2001 aos filhos e netos.

A Festa terá início pelas 15h00, no Salão da Igreja Paroquial do Carvalhido, local muito próximo da Delegação. Haverá um espectáculo, distribuição de lembranças aos filhos e netos com menos de 12 anos e que se inscreverem até ao dia 10 de Dezembro, assim como uma merenda.

- 11h00 - Concentração junto à Fábrica "Portucel", em Deocriste; 11h30 - Missa pelos associados falecidos na Capela do Senhor do Crasto; 13h00 - Almoço no restaurante "Senhor do Crasto", em Deocriste. Organização a cargo dos associados Manuel Martins, Joaquim Gomes e Álvaro Calheiros. Inscrições até ao dia 10 de Dezembro.

Dia 22 de Dezembro - 15h00 - Festa de Natal no Salão da Igreja Paroquial do Carvalhido, destinado aos filhos e netos de associados com menos de 12 de anos de idade. Inscrições até ao dia 10 de Dezembro.

Os associados e as suas famílias vão assinalar os 27 anos da Delegação do Porto, através da sua participação nos actos que constituem esta comemoração.

A Direcção agradece aos associados que façam as suas marcações dentro dos prazos previstos para que a organização dos encontros decorra de forma organizada e que os festejos sejam momentos altos de participação associativa. •

AF

O Salão do Carvalhido certamente que vai encher no dia 22 de Dezembro com uma grande presença de associados.

Colabore nesta iniciativa adquirindo bilhetes de um sorteio que a Delegação está a efectuar para angariar fundos destinados a custear os custos com esta festividade natalícia. •

AF

Breves da Delegação

N O

A Direcção da Delegação do Porto procedeu à reestruturação da rede telefónica e informática dos serviços da Delegação com a instalação de novos números de telefone.

Os novos números são: 22 8347200 (geral), 22 8347201 (atendimento a associados), 22 8347202 (recepção dos Serviços Clínicos), 22 8347204 (Gabinete Jurídico), 22 8347208 (Direcção - Abel Fortuna - directo). O fax é o seguinte: 22 8347209.

A Delegação também pode ser contactada por correio electrónico info@adfa-porto.rcts.pt

aceder à página da Delegação na internet <http://www.adfa-porto.rcts.pt>. •

C

V

A Direcção da Delegação do Porto convidou os candidatos à presidência da Câmara Municipal do Porto para efectuarem uma visita às instalações da Delegação, para tomarem conhecimento do projecto de adaptação e

remodelação das actuais instalações e apresentarem os seus pontos de vista sobre a política municipal para a área da deficiência.

Acederam ao convite os candidatos Fernando Gomes, Teixeira Lopes, Rui Rio e Rui Sá os quais efectuaram visitas acompanhados de elementos dos Órgãos Sociais.

A Direcção da Delegação chamou a atenção dos candidatos para a necessidade urgente de ser posta em execução na cidade do Porto, de uma política municipal que acabe com as muitas barreiras arquitectónicas existentes e a coloque ao nível das cidades europeias. •

AF

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento
Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30
1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos
Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clinica Geral: Dr. Aníbal Montalvão
3ª Feiras das 15H00 às 19H00
Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde
Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá
Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação
4ª Feira - 14H00/17H30
5ª Feira - 9H00/12H30
Hospital Militar
4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)
5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho
2ª a Sábado - Marcação Prévia
Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis
2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00
Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30
1º Sábado do mês - 12H30/14H30
Marcação Prévia

PRECISA-SE

Motorista que também desempenhe funções de apoio aos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) da Delegação do Porto.

Resposta escrita para a Delegação até ao dia 15 de Dezembro de 2001



Opinião

Achegas e desabafos

Achegas

Reconhecimento

Anquises Carvalho

Interno:

Havendo felizmente, uma grande maioria de Associados Dirigentes, sobretudo Executivos, os quais em paga do seu esforço, dedicação e amor à ADFA, só recebem trabalho, dias e noites perdidas e fins de semana roubados à família, porque não instituir um "Trofeu" para o(s) distinguir???

E já agora, porque não também ao bom e ao mau trabalhador???

E porque não, à melhor e à pior Delegação???. E Núcleos???. E parceiros sociais???. Não serão os Stromps, nem os Dragões ou Águias de Prata, mas somente um símbolo de amizade e reconhecimento, pelo trabalho realizado desde há 28 anos até hoje.

Poderão, por exemplo, os mesmos serem votados, como não me perguntem, e entregues, por exemplo, durante o Almoço do Aniversário Nacional a realizar em Lisboa.

Caso achem a ideia viável, aceitam-se sugestões através deste Jornal.

Núcleos:

A - Se me permitem os Camaradas Dirigentes, Nacionais e Locais, acho que já é mais que tempo de fazermos o 2º Encontro Nacional (Internacional?) de Núcleos da ADFA. Perguntam talvez porquê, é simples.

Existem actualmente bastantes "Núcleos", mesmo muitos. Será que o são face aos Estatutos?

Será que as Direcções ou Comissões Instaladoras que os dirigem, sabem o que estão a fazer e como devem fazê-lo? Será que não é a altura de fazer este Encontro com os Dirigentes dos Núcleos, com a presença dos Órgãos Nacionais e Locais (representantes), discutindo e analisando o que é o Núcleo face aos Estatutos, o que pode e não pode fazer, a

quem recorrer, de quem recebe directrizes, como sobrevive, entre outras muitas dúvidas? Será que todos os Núcleos de que ouvimos falar são Núcleos?

Penso que não.

Deixo a quem de direito este alerta, que julgo justificado e muito pertinente, actualmente.

B - Se temos um Aniversário Nacional, se temos Aniversários de Delegações (de algumas), se já temos alguns Aniversários de Núcleos, porque não instituir o Aniversário Nacional dos Núcleos?

Deixo esta sugestão à consideração dos responsáveis Nacionais e dos Núcleos.

Desabafos

Quotas: Perdão ou não perdão?!

Ultimamente tenho ouvido (e julgo que já li) com bastante frequência, falar de Perdão de Quotas, bem como de Número de Associado, para cima e para baixo, como o Povo costuma dizer. Neste caso particular, o Povo são os Associados da ADFA, e particularmente, os que mais falam são detentores de cargos em Órgãos Sociais.

Até aqui tudo bem, é salutar e mostra que se vive associativamente. Analisemos com toda a clareza, posições:

Quem me conhece, sabe o que eu penso desta situação. Sabe que sou completamente contra qualquer tipo de perdão de pagamento de quotas em atraso, assim como, Associados demitidos ou que "rasgaram" o seu cartão, mantenham o mesmo número. E porquê, perguntarão Vocês? É simples, na minha opinião, entenda-se. O que eu penso, tem a ver com a vivência de estar à frente de uma Delegação há 27 anos, de já ter enfrentado dezenas de situações destas e de ter já resolvido algumas dessas dezenas, com o pagamento voluntário por acordo entre o Associado e a Direcção de Delegação em pagamento faseado, geralmente por cheques

pré-datados. Já recebemos por este meio, dezenas de milhares de escudos. Houve Associados que nos pagaram 30, 40, 50 e mais contos. Porque não fazem o mesmo os Outros? Estão à espera de quê? Quem são Eles?

Que é que a ADFA espera desses "Associados"? As Direcções de Delegação estão aptas a resolver com os interessados estas situações. Qual é o interesse do Perdão? A quem interessa? A quem beneficia? Porque fazem tanta pressão alguns Associados e Dirigentes Associativos? Porquê? Expliquem-me por favor, com que cara, com que desplante, uma Direcção de Delegação que se preze, que já recebeu dezenas de Contos de quotas em atraso de Associados, os vai encarar e dizer que vai perdoar dezenas de contos a outros?

Manter o Número, só o conceito para os Associados Falecidos.

A ADFA deveria, na minha modesta opinião, oficializar rapidamente através das suas Delegações, conforme mandam os Estatutos, a Demissão dos Associados com quotas em atraso, proceder de seguida à renumeração dos Associados efectivos, mantendo os números dos Associados falecidos, e prever estatutariamente a figura de Readmissão, (já está em estudo), com o número actual e bastante penalizado, mas mesmo muito penalizado, penalizadíssimo.

Para mim, mais valem poucos bons, que muitos e fracos.

Lembrem-se: a ADFA tem sobrevivido com os que pagam, participam e convivem associativamente, e não com aqueles que nunca pagaram quotas ou devem as mesmas há anos.

A ADFA tem de separar de vez o trigo do joio. Já é mais que altura de arrumarmos a nossa casa no que diz respeito a esta situação. Vamos em frente, sem medo. *

Agradecimento

A Direcção de Delegação de Famalicão vem, através do jornal ELO, agradecer a todos aqueles que de alguma forma nos contactaram preocupados com as consequências da brincadeira grosseira e estúpida da carta com o pó branco, "antraz", de que fomos vítimas no passado dia 24 de Outubro. Felizmente não passou disso, mas que mesmo assim, nos causou diversos prejuízos, alguns impossíveis de quantificar, assim, causando-nos problemas de saúde às funcionárias, sobretudo a uma delas, pois reagiu negativamente ao tratamento receitado, tendo estado sem trabalhar até ao dia sete de Novembro.

A Delegação esteve de "quarentena" durante oito dias, com o conseqüente prejuízo que daí adveio.

A todos, sem excepções, o nosso muito obrigado. Bem hajam por se terem preocupado com esta Delegação e suas trabalhadoras. Sem querermos, pusemos e tivemos a prova, que na ADFA ainda existe solidariedade e amizade. *

Apelo

A Direcção da Delegação de Famalicão apela a todos os seus associados, no sentido de liquidarem as quotas de 2002 de uma só vez, ou seja, pagando em Janeiro todo o ano, per-

mitindo-nos assim, gerir melhor os nossos recursos financeiros, bem como rentabilizar melhor as receitas e calendarizar melhor as despesas. *

Ceia de Reis

O Núcleo de Guimarães vai levar a efeito a segunda Ceia de Reis no dia cinco de Janeiro de 2002, no Café Gilde, em S. Torcato. O preço por pessoa é de 3.500 escudos. As inscrições podem ser feitas no Núcleo de Guimarães ou na Delegação de Famalicão até ao dia 21 de Dezembro. O ponto de encontro está marcado na Sede do Núcleo, às 19h00. *

Benefícios para associados

Protocolos

A Delegação de Famalicão enviou ao ELO vários protocolos celebrados com empresas, que constituem diversos benefícios para os associados.

Os associados contam com estes acordos de prestação de serviços de saúde e outros, muito abrangentes, em que a Delegação de Famalicão representou a ADFA. A Delegação de Famalicão assegura nos próximos meses informações sobre outros acordos e tem ao dispor dos associados os protocolos que pretendam consultar.

Prestação de serviços de saúde I

A ADFA celebrou um protocolo com a Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., com sede em Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, para prestação de serviços de saúde aos associados.

A Clínica disponibilizará os meios humanos, materiais e organizacionais para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, nas áreas de ambulatório, internamento e bloco operatório, existentes em todos os seus hospitais e ambulatórios, assegurando o preço da tabela de particulares em vigor, com um desconto de 10 por cento excepto nas ressonâncias magnéticas, TAC - tomografias axial computadorizada, farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela Clínica.

O desconto não é acumulado com qualquer outro, decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

Os beneficiários, quando se dirigem à Clipóvoa, devem identificar-se, no acto da inscrição, com um cartão próprio e pessoal.

O acordo é válido pelo período de um ano, desde sete de Agosto passado, e renova-se automaticamente por iguais períodos se não for denunciado por qualquer das partes.

Prestação de serviços de saúde II

A Clínica Médico-cirúrgica de Santa Tecla praticará um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços praticada para o público em geral nos serviços de atendimento médico permanente (clínica geral), internamento (quartos, enfermarias, sala de bloco operatório, sala de partos e unidade de vigilância intensiva), medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

Cuidados de saúde

A ADFA celebrou também com o Hospital da Trofa um protocolo que visa estabelecer uma parceria para a prestação de cuidados de saúde aos associados da ADFA, suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, bem como aos funcionários da Associação, seus cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", sendo prestados serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos.

Ao dirigir-se ao Hospital, os associados devem identificar-se, no acto de inscrição, com cartão pessoal.

O Hospital da Trofa pratica um desconto de 15 por cento sobre a sua tabela de actos base não acumulável com qualquer outro decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

O acordo é válido pelo período de um ano, desde dez de Janeiro passado, e renova-se automaticamente por iguais períodos se não for denunciado por qualquer das partes, sendo também válido para a Portoclinica, subsidiária do Hospital da Trofa.

Medicina dentária

Os associados da ADFA terão um desconto de dez por cento nas consultas e tratamentos dentários e de cinco por cento em trabalhos de laboratório (ex.: próteses), no consultório do médico dentista Luís Claro, em Famalicão.

Para beneficiarem dos descontos, os associados deverão identificar-se com o cartão de associados com quotas em dia ou, na sua falta, através de credencial passada pela Delegação respectiva.

Os familiares com direito a ADM, usufruirão dos mesmos descontos, desde que se façam acompanhar do cartão de associado do titular e do seu cartão de beneficiário das ADM.

Oculista

A firma Oculista Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., com escritórios centrais em St.º António dos Cavaleiros, e estabelecimentos de óptica, optometria, contactologia em diversos pontos do país, acordou fornecer aos associados e familiares da ADFA, bem como aos seus funcionários, bens e serviços com os seguintes descontos: óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto, 15 por cento; óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, 10 por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação; e na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

A firma possibilita a aquisição destes produtos (e independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Ficam excluídos os artigos em campanha ou promoção. Os trabalhadores ou familiares apresentarão um cartão da Associação ou outro documento comprovativo do seu vínculo laboral, para obterem os benefícios referidos.

Este acordo é igualmente extensível a todas as lojas do grupo Optivisão indicadas no protocolo.

Nota importante: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário Cartão de Assistência Médica próprio, que deve ser solicitado pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia. *

Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

VISITE
o Museu
da Guerra
Colonial

Delegação apresenta propostas aos Órgãos Nacionais

"Esta Assembleia Geral de Delegação (AGD) constitui um marco importante para renovar os projectos e acções concretas nas áreas do apoio domiciliário, internamento, fornecimento de ajudas técnicas e actividades de convívio", referiu o presidente da Direcção da Delegação (DD) de Lisboa, Francisco Janeiro, na primeira Assembleia Geral Extraordinária daquela Delegação, no dia dez de Novembro, em Lisboa.

Na reunião, em que participaram mais de 100 pessoas, o dirigente aludiu também às questões legislativas que a ADFA tem reivindicado, nomeadamente sobre o DL 134/97 e sobre a contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma, entre outras questões.

Na reunião ficou definido, por unanimidade e aclamação, o dia 12 de Julho como a data do aniversário da Delegação, sendo também aprovada uma moção de regozijo sobre a criação da Delegação.

Na análise da vida associativa da Delegação de Lisboa o presidente da DD referiu que os grandes deficientes que residem nesta área são uma das prioridades, sendo também avançada a ideia da criação um centro de actividades ocupacionais e referido que seis dos núcleos de Lisboa vão passar a eleger os seus Órgãos Sociais, para integrarem o Conselho de Delegação.

Sobre a questão da admissão, demissão e readmissão de associados, uma questão em debate e estudo há vários anos, foi apresentada a proposta da MAGD (que já o tinha sido na reunião do CD) que apresenta várias modalidades de reintegração de associados - com o pagamento de quotas

faseado em 12 prestações, ou a pronto, com um desconto de 25 por cento - mantendo o mesmo número de associado.

Outra das hipóteses foi referida, como o foi no CD, por Lopes Dias que defendeu que "os que considerarem que não devem pagar o montante atrasado, devem poder voltar com novo número". O membro do CD referiu ainda que "os que não pagaram tiveram razões para o fazer e é hora de darmos as mãos". Sobre esta questão o associado Rolando Silva apresentou a sugestão de renumeração dos associados, "como se procede noutras associações", tomando-se a devida nota, mediante a concordância de muitos dos presentes. Na votação da proposta da MAGD/CD apenas houve uma abstenção, sendo aplaudida a decisão de a entregar à DN.

Foi ainda decidido solicitar ao presidente da MAGN que coloque na agenda da próxima Assembleia Geral Nacional (AGN) as questões que se prendem com os pedidos de esclarecimento sobre a situação passada e actual da Quinta das Camélias.

A DD apresentou um documento sobre as reivindicações legislativas, onde se elencam aquelas que constituem as prioridades, propondo-se também que o presidente da MAGN o inclua na próxima AGN, o que foi deliberado por unanimidade. Na discussão deste ponto teve lugar uma sugestiva intervenção de Rolando Silva que, enquanto fazia a sua exposição, colocou em cima da mesa dos trabalhos um saco cheio de comprimidos, que "são necessários para muitos e que são caros, pelo que precisamos de mais ajuda".



O Salão Nobre recebeu muitos associados da área de Lisboa

Sobre o Lar Militar, o presidente da DD fez um ponto da situação, informando da dificuldade de internamentos por falta de verbas e considerando que a DN "é que pode pressionar para que o Conselho Consultivo do Lar Militar funcione".

A proposta que seguiu para a MAGN para ser agendada na próxima AGN foi então lida, realçando-se que se discuta esta situação junto do Ministério da Defesa Nacional, entidade que tutela o Lar, levando a que o "Lar Militar cumpra os seus fins e princípios, para os quais foi construído". Na proposta defende-se ainda que na impossibilidade de resposta por parte do Lar Militar, "a ADFA

deve exigir e propor, em alternativa, ao Governo, através do MDN, um projecto para a construção de raiz de um novo Lar, destinado a dar cumprimento ao estipulado no DL 43/76". A proposta foi aprovada por unanimidade.

Depois da Assembleia Geral da Delegação ter sido encerrada, com a congratulação dos OSD em virtude do "civismo e verdadeiro associativismo com que decorreram os trabalhos", teve lugar o magusto, no bar da Delegação, onde os associados puderam confraternizar, prolongando o convívio e a discussão dos seus problemas. •

RV

Núcleo do Barreiro já tem Direcção



A Direcção eleita para o Núcleo da ADFA no Barreiro

Foi no dia 16 de Novembro que os associados residentes no Barreiro se reuniram para eleger a sua Direcção, passando este Núcleo a poder fazer parte das reuniões do Conselho de Delegação (CD).

A Sede da Associação de Fuzileiros (Associação que cedeu o seu espaço para o funcionamento do Núcleo) foi o local da reunião de cerca de 30 associados que, por unanimidade e aclamação, elegeram José Lopes (presidente), José Alves (1º vogal), Emídio Ribeiro (2º vogal) e os suplentes João Ferreira e Manuel Bicho.

Estiveram presentes, representando os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, Adérito Pinto, o presidente da Direcção da Delegação, Francisco Janeiro, e o representante da lista autónoma ao Conselho de Dele-

gação, Manuel Lopes Dias.

Lopes Dias referiu o Núcleo do Barreiro como "irreverente" entre a estrutura associativa, passando agora a ter pleno direito de participação no CD.

Adérito Pinto regozijou-se com o evento referindo esperar "que este Núcleo seja interventivo".

Foi ainda salientada a importância do contacto com a

comunidade local e com os órgãos de comunicação social, sendo ainda realçadas algumas questões da vida associativa, nomeadamente a aplicação do DL 134/97.

Lopes Dias destacou que é também papel da Delegação "congregar os associados e criar núcleos como este". Em resposta ao protesto de um associado sobre a demarcação da ADFA da manifestação dos ex-combatentes, o dirigente avançou ainda que, "como associado digo: a ADFA errou ao demarcar-se da manifestação dos antigos combatentes e já disse ao presidente da DN que não estava de acordo".

Os associados congratularam-se com esta etapa da vida associativa e foram informados sobre outros eventos similares que, à data de fecho da Redacção, tiveram lugar, factos de que será dada notícia na próxima edição. •

Ecos da Delegação

As Rugas

Fixo o olhar no aparelho de televisão e vejo aqueles rostos que conheço de há muito, onde as rugas me parecem os ribeiros e córregos pedregosos, por onde a água esbraceja bravamente na procura ingente das terras baixas, que lhes amainem o curso e onde depositam apaga, surripiada das encostas antes verdejantes de matos e pinheiros, hoje devastadas pela modernidade mórbida dos incêndios na espectacularidade dantesca do inferno. Imagino a Memória de escopro e martelo a escravá-las com minúcia, imagem atrás de imagem e os nós que se formam com as dores fechando umas e abrindo outras, até ao mar imenso e uniforme da solidão.

Ouçó-lhes os gritos, vejo-lhes a raiva no olhar, adivinho-lhes o sofrimento pela incompreensão dos outros, sinto-lhes a angústia de um envelhecimento prematuro que o corpo já lhes vai anunciando e sei dos sonhos não cumpridos, esmagados tantas vezes sob o tropel dos cavalos de vento com que queriam montar o medo e que os trouxeram a esta imensa prisão, onde as grades são a exacta forma das suas desilusões. Ninguém como nós pode compreender aqueles olhares, quase vazios de tudo e, no entanto, nem uma bandeira da ADFA descortinei num aceno de solidariedade, num gesto de agradecimento por virem à Praça Pública lembrar aos "jovens" que hoje julgam ser os norteadores da nossa marcha, que na condução dos Povos a grande bússola é a História e Essa não se faz conjurando os seus efeitos, sonogando direitos ou segregando injustiças entre aqueles que os sofreram mais directa e dolorosamente. A todas as organizações congregadoras de "veteranos de guerra" deixo o meu abraço e o meu sentido reconhecimento pela sua luta. •

Fernando Cardoso



João Gonçalves

Opinião

Aniversário do ELO

O ELO faz 27 anos. Para mim tem muita importância esta data, mas mais importantes são as notícias que o ELO me traz todos os meses. O que eu queria era sempre e sempre notícias boas para todos os associados e família, porque de más notícias, de sofrimento, já chega as dores todos os dias provocadas por os ferimentos em combate, na guerra e os traumas provocados pela mesma guerra, e, também as dores do luto das famílias dos combatentes deficientes, que todos os meses o Jornal ELO é mensageiro dos que pereceram.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas nasceu de mão dada com o 25 de Abril, dia da Liberdade! Com a ADFA nasceu o jornal ELO, que sempre e sempre continua na senda de informar, e por vezes até com grande euforia, com eventos de extrema importância, chamando a atenção da opinião pública e dos governantes para os problemas dos cidadãos com deficiência.

Nesta altura, também faz um ano que a actual Direcção Nacional tomou posse para um mandato de três anos. Volvidos mais de 27 anos depois de 1974, os cidadãos com deficiência, Deficientes das Forças Armadas, continuam a clamar por justiça, quer na criação do Estatuto do Deficiente Militar

onde caibam todos os Deficientes Militares e famílias, quer na abrangência do DL 134/97, de 31 de Maio, a todos os Deficientes das Forças Armadas, por o qual a ADFA pugna há muitos anos e quer ver aprovado no mais curto espaço de tempo.

O ELO está de parabéns por ter sabido conciliar as diversas sensibilidades ao longo destes anos, dentro e fora da ADFA. E, por isso, eu felicito todos os trabalhadores, colaboradores, anteriores Directores e actual.

Um santo e feliz Natal e um bom ano de 2002 para todos os leitores e amigos, em especial dirigentes da ADFA, de todo o Portugal, associados e amigos. •

Monumento aos Combatentes do Ultramar

Senhor presidente da Direcção Nacional da ADFA:

Na persecução e no reconhecimento dos valores que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) representa, tem por bem esta Delegação da ADFA de Viseu, vir junto de V. Ex.^a reconhecer o importante serviço prestado aos Combatentes de Portugal que serviram o País nas Províncias Ultramarinas, durante o período em que durou a Guerra Colonial.

Foi importante a vinda de V. Ex.^a a Viseu, à inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, com uma intervenção directa, arrematadora, que fez sentir, viver, no muito público e combatentes presentes, o sentido do dever Pátrio e o orgulho de ser português.

Bem haja por ter vindo a Viseu, pela brilhante lição de história que, também com o agora inaugurado Monumento aos Combatentes do Ultramar, ficará nesta terra das Beiras a marcar mais uma página da História de Portugal. •

JG

Associados em visita

Museu do Chiado e Oceanário acessíveis



Momento da visita ao Museu do Chiado



À entrada do Oceanário

O Museu do Chiado e o Oceanário foram alvo das visitas dos associados da ADFA e de alguns residentes do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP), nos dias seis e 15 de Novembro, numa iniciativa da Delegação de Lisboa que, com a colaboração de

associados voluntários, levou a efeito estas actividades de cariz cultural.

Catarina Moura foi a técnica que acompanhou a visita de alguns associados cegos à exposição táctil organizada pelo Serviço de Educação daquele Museu, pormenorizando

cada obra e referindo o processo que levou à criação desta mostra para cidadãos portadores de deficiência visual.

Depois de colocarem nas mãos um creme próprio para tocar as esculturas, houve oportunidade para sentir as marcas dos artistas e

apreciar as formas através das quais, em diversos períodos, impressionaram o público sempre ávido de renovação cultural.

As responsáveis pela adaptação desta parte do espólio do Museu do Chiado à deficiência visual foram Catarina Moura e Helena Manique Moita, sendo promotores do projecto o próprio Museu e o Instituto Atónio Feliciano de Castilho.

No Oceanário os residentes do Lar Militar usufruíram de uma visita acompanhada pelos voluntários da ADFA, onde puderam encontrar as várias espécies marinhas no seu meio ambiente e terminaram a tarde com um lanche no Parque das Nações.

"Foi uma boa oportunidade para passear e conhecer coisas novas", foi referido por ocasião do lanche. Destacou-se a grande colecção de conchas patente numa das salas e um tubarão que mostrava as fileiras dos seus dentes em direcção aos que passavam, bem como a acessibilidade, por elevador aos pisos do Oceanário.

A ADFA e o Lar Militar promoveram esta iniciativa, disponibilizando os transportes nas suas viaturas.

Prevê-se que se realizem outras actividades similares em breve, sendo de realçar o trabalho e o papel preponderante que o Serviço Social da Delegação de Lisboa e os seus voluntários têm desempenhado nesta área. •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados (excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO DE ARTES GRÁFICAS

fotocomposição • offset
montagem • tipografia

Lg. Outeirinho da Amendoeira
1100-386 Lisboa

Tel.: 21 882 24 80 • Fax: 21 882 24 86

José Horta Carneiro, associado da ADFA

"Queria ser o Pai Natal dos portugueses"

Natural de Angola, com 68 anos de idade, José Horta Carneiro é um associado com diversas facetas. Conhece a ADFA desde a sua criação e tem acompanhado, também como dirigente, a caminhada da Associação na defesa dos direitos dos deficientes militares. Também é actor, figurante e nutre um carinho muito espe-

Caçadores Especiais como capitão. Daquela altura refere os "grandes problemas em campanha, com muitos mortos e deficientes de guerra" ocorridos na área em que estava localizado.

Quando foi ferido era oficial miliciano e foi dado como incapaz para o serviço. "Com uma pensão miserável, passei muitas dificuldades mas consegui entrar para uma companhia de seguros", acrescenta.

Em 1973 optou por reingressar no activo até ao limite de idade, passando à reforma extraordinária.

De regresso a Portugal participou nas acções que levaram à criação da ADFA e quando esteve deslocado na Madeira (no Quartel General) auxiliou o delegado da ADFA no levantamento para a criação da Delegação no Funchal.

O trabalho na companhia de seguros impossibilitou-o de participar mais activamente na vida associativa, mas veio a integrar os Órgãos Sociais Nacionais como presidente do Conselho Fiscal Nacional, em 1995.

"Foi uma experiência muito trabalhosa, mas foi um mandato positivo, apesar dos obstáculos", refere lembrando que "a saúde e a família não permitem que continue a colaborar mais directamente". No entanto, está atento e "disponível para apoiar".

No que respeita à sua actividade artística, Horta Carneiro conservou algumas amizades da Universidade do Porto, tendo encontrado, há cerca de dez anos, um amigo dessa altura, que o "convenceu a participar no filme "Detectim" para a televisão, onde interpretou a personagem de um escultor excêntrico.

Apareceram então os convites para figurações e inclusivamente com interpretação numa coprodução franco-portuguesa, em vários diálogos com o actor Rogério Samora.

Noutro filme, no enredo em que estalava a polémica sobre a demolição de uma igreja, foi um dos contestatários, contracenando com o actor já falecido António Assunção.

Uma das suas mais queridas recordações do cinema prende-se ao filme "Tratado de Tordesilhas - O Sonho do Rei", em que

actuou com Carlos Daniel (também já falecido), representando o pai de Vasco da Gama.

Com especial carinho realça a cena do jantar do Rei, onde se comemorou a decisão de explorar o caminho marítimo para a Índia. Ao seu lado ficou a espia de Castela - a actriz brasileira Bruna Lombardi - que iria seduzir o Rei. "Foram momentos que deram início a amizades e confraternização", salienta.

O papel de Pai Natal foi ao encontro da admiração que nutre por esse símbolo. "A minha barba valeu-me o papel", comenta com satisfação.

A longa barba, a sua imagem de marca, "já vem dos tempos em que terminei o liceu e queria concorrer à Marinha, altura em que deixei crescer pêra e bigode para acentuar a figura".

Só o pai é que não concordou. "Desde quando é que o cavalheiro se senta à mesa sem lavar a cara?", foi-lhe perguntado. A sua resposta foi rapar a barba.

Quando foi incorporado também surgiram alguns problemas relacionados com a barba. "Apresentei-me ao capitão que, após as explicações e um pequeno ultimato, consentiu em que mantivesse a pêra e o bigode", refere.



FARINHO LOPES

Em Évora, onde esteve como aspirante a oficial, deixou crescer a barba completa, "com bigode retorcido, em homenagem ao meu avô materno", destaca.

"A barba grande dá um trabalhão", desabafa, "mas faz parte de uma imagem que construí".

Um dos seus últimos trabalhos decorreu na série televisiva "Alves dos Reis", cuja história tem lugar em Angola, sua terra natal.

Os anúncios em que faz de Pai Natal são outro trabalho de que gosta muito. "São momentos bem humorados e é frequente as crianças confundirem-me com o próprio Pai Natal", sorri.

A organização do Pai natal, sediada na Finlândia já recebeu fotografias suas e está à espera de algum contacto para uma vez mais vestir a pele daquela figura tão amada por todos.

Horta Carneiro não pode esquecer a sua deficiência, mas ultrapassa-a no dia-a-dia, com a sua postura bem disposta, uma vez que as anedotas também são o seu forte, em simultâneo com o trabalho que é necessário realizar em prol dos associados, sempre que "toca a reunir".

O Pai Natal da ADFA também sonha em tornar-se o Pai Natal dos portugueses. Queria fazer parte dos sonhos que povoam a imaginação dos mais novos, "concretizando também este que é levar a todos a mensagem de que o Natal é realmente sempre quando o Homem quiser".

RV



Com a actriz Bruna Lombardi

cial pela personagem do Pai Natal, tendo mesmo alegrado uma das festas da ADFA, em 1999.

Em Portugal - na "metrópole" - viveu em Vila Nova de Famalicão e em Barcelos, onde concluiu o curso do liceu. No Porto inaugurou a faculdade de Economia, organizando desde logo actividades relacionadas com o mundo académico, como a Queima das Fitas.

"Também participei no Orfeão da Universidade do Porto, e inscrevi-me no Teatro Universitário", refere lembrando os seus primeiros tempos como actor, quando representou Gil Vicente, actividade que lhe valeu algumas dificuldades como estudante.

"Ficou sempre o "bichinho" da representação, apesar de naquela altura a actividade de representar ter má fama", lembra.

Aos 34 anos foi mobilizado e serviu em Angola, comandando uma Companhia de



A personagem favorita das crianças

MOTIVAÇÃO CLÍNICA:
Mens Sana in Corpore Sano

"Distinguido com os PRÉMIOS:
1.º Nacional - Ligeira Saúde
(Lisboa 2000)
2.º Internacional - Escola de Um Intelectual e Um Homem
(Geneva 2000)



Clínica de LINDA-A-VELHA (Filial N.º 1)
Av. Carolina Michaëllis, 30 R/C B & C - 2795-049 LINDA-A-VELHA
Telefónos: Linda-a-Velha: 21-4146990 - Algés: 21-4114666
Castelo Branco: 272-321129 - Lagos: 282-764189
Pinhal Novo: 21-2381694

OBJECTIVO:
Promover Qualidade no Mundo Lusófono (fala portuguesa)

GRUPO
CEO'S (APCEM)

Olimpicoalimentação, Olimpicovida
Olimpicoalínicas, Olimpicoedente, Olimpicoatletismo

DIR. Serviço Mensal/CEO'S



**Clinicas Médicas
"Amatus Lusitanus", Lda.**

Com cerca de 20 anos de "reconhecidos bons serviços" (vidé 2 Prémios) visando:

- A - Apoiar
- A ALTA COMPETIÇÃO, O ALTO RENDIMENTO E AS "PERFORMANCES", em prol do Portugal Histórico, Europeu e Internacionalista.
- B - E revelar-se, na prática, através do sistema de Assistência Médica e Para-Médica, por um Serviço Médico Permanente (SMP) e um Serviço de Urgências Dentárias (UD)... em actualização contínua... e mais importante ainda:
- 1 - sob o regime da disponibilidade, "todos os dias úteis", Sábados, Domingos e Feriados.
- 2 - ao nível dos Cuidados Primários, Privados de Saúde.
- 3 - em termos de Direitos (e mais ainda dos Deveres) Humanos, sob os auspícios do lema bíblico "Quem mais é, mais deve a Deus"
- 4 - com Acordos com todas as Entidades viáveis.
- 5 - e sob o lema Lionístico de Servir e não Servir-se.

C - NOTAS IMPORTANTES:

- 1.º Viabiliza-se através desta postura e da integração no conjunto de mais 4 Empresas, constituindo o designado Grupo CEO'S, ou seja: Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda., Afrodentomed, Lda., Sporqualvida, Lda., Euro-Medioriente Lusitano, Lda. e Luso 5 A's, Lda. (Holding).
- 2.º Damos apoio diferenciado a:
 - Crianças com saúde problemática
 - Atletas ou entidades de "alta competição" de responsabilidade
 - Idosos e sobretudo deficientes das Forças Armadas.

Plano de Actividades para 2002

Reivindicações legislativas são prioridade

"Sobressai do Plano de Actividades a continuidade do esforço para que o saneamento financeiro da ADFA seja uma realidade que permita aos actuais e futuros dirigentes da Associação poderem idealizar e desenvolver projectos sem o constrangimento de não ter capacidade financeira para os apoiar. Isto é impossível de concretizar enquanto a ADFA não viver e respirar uma saudável tranquilidade de tesouraria", refere o presidente da DN, quanto à apresentação do Plano de Actividades da DN para 2002.

Na matéria associativa urge aprender a viver com uma DN que entenda as necessidades dos associados através das estruturas locais, o que exige uma interpenetração constante de ideais e de ideias, entre os OSN e os OSD, e entre estes e aqueles. Por exemplo, a Delegação de Lisboa vai ter que aprender a coabitar com os OSN e estes a fazer o mesmo com a "vizinha" Delegação.

No que concerne à legislação, o presidente da DN salienta que "o CN sancionou o caderno reivindicativo que a DN lhe apresentou, aceitando, do Plano de Actividades da DN, a priorização que lhe irá ser dada durante o ano de 2002, de onde resulta a seguinte elencagem por ordem do

seu interesse associativo: "negociação de uma nova abrangência da noção de acidente ocorrido em campanha; revogação imediata do DL 503/99, na parte da sua aplicação aos militares; procura de condições objectivas para o avanço dos estudos, que levem à aprovação e publicação de um diploma estruturante, que integre toda a legislação relativa a deficientes militares e reivindicação, para que nele sejam consignados os direitos constantes das conclusões do IV Congresso; suspensão da aplicação do entendimento da CGD, que ao arpejo da prática de quase um século, está a calcular as Pensões de Preço de Sangue, com base no vencimento do militar, à data do acidente e não da sua morte; reconhecimento dos direitos dos deficientes militares e civis das nossas Forças Armadas, que não usufruam da nacionalidade portuguesa, mesmo que mantenham residência nos seus países de origem; defesa do documento já elaborado, para que a aplicação do DL 134/97 seja extensiva a todos os DFA, sem constrangimentos de classes ou postos; reivindicação da colocação de todos os DFA, independentemente da sua ascensão aos postos a que tiverem direito, no último escalão das correspondentes tabelas

remuneratórias; insistência na vertente da dignificação do atendimento e internamento nos hospitais militares, sobretudo para os nossos associados, oriundos da classe de praças; e reclamar, para todos os deficientes militares, a possibilidade de abertura e reabertura dos seus processos, a todo o tempo, sem limites para poderem ser presentes a novas Juntas Médicas Militares ou da Caixa Geral de Aposentações."

"Não há Plano de Actividades que se execute e concretize sem o conhecimento e acompanhamento por parte dos associados", alerta o dirigente, lembrando que "tal matéria, constituída por um projecto de intenções da DN, só pode ser levada à prática na área associativa se os seus membros se aglutinarem em torno das actividades, sabendo que todas elas se lhes destinam e onde a sua intervenção é a razão de ser do trabalho que todos os Órgãos, a nível nacional e regional, para eles desenvolvem".

"Sem a participação dos associados não há ADFA e sem ADFA não se manterá nem desenvolverá a justiça dos nossos direitos", conclui. •

RV

Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Stress de Guerra

ADFA propõe-se integrar e promover reflexão

A DN, aproveitando a presença de alguns presidentes de delegações para a inauguração do Monumento aos Antigos Combatentes, em Viseu, no dia 28 de Outubro, decidiu promover uma reunião a fim de, com eles perspectivar a estratégia da ADFA para a apresentação de um projecto de protocolo para a participação da Associação, como organização não governamental, na implantação da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Stress de Guerra.

"Da reunião sobressai a necessidade de uma reflexão com as áreas técnicas que a lei

prevê para o respectivo tratamento e acompanhamento, na qual se equacione os constrangimentos que nela se verificam e o encontro de uma nova forma que torne prática e funcional toda a tarefa de despiste, acompanhamento e possível reparação do síndrome que atinge, ainda ninguém sabe quantos portugueses", salientou o presidente da DN.

As delegações de Coimbra, Famalicão, Lisboa, Porto e Viseu avaliaram o interesse geral da passagem à prática da participação da ADFA neste urgente projecto, ficando

entendido que o projecto de protocolo a apresentar pela ADFA partiria do esforço comum das respectivas equipas técnicas das delegações de Lisboa e Porto, as quais reuniriam em conjunto com a intervenção dos respectivos presidentes de Direcção.

O trabalho foi entretanto equacionado, aprovado pela DN, e entregue para apreciação, por parte da Comissão Nacional de Acompanhamento, que se espera o analise no dia quatro de Dezembro. •

RV

Audiência com Partido Popular

Tempo de serviço em proposta de lei

A DN foi convidada pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular para uma reunião na Assembleia da República, no sentido de aquele grupo auscultar a sensibilidade da nossa Associação em relação às negociações, então em curso, para uma alargada consonância de posições relativamente à proposta de lei da contagem de tempo de serviço militar para efeitos de reforma e aposentação.

A ADFA tomou então conhecimento da filosofia geral da proposta de diploma, tendo vincado a forma como ali deverão ser tratados os deficientes militares antigos combatentes, seja qual for o estatuto em que esteja reconhecida a sua qualificação como deficientes.

Esta posição da ADFA, tal como a do acautelamento de que o tempo de prestação de serviço à Administração Pública e respectivos descontos para a Caixa Geral de

Aposentações efectuados por deficientes militares, antes da sua incorporação, devem relevar na totalidade para a sua aposentação, ficou bem notada pelo dirigente centrista Paulo Portas e pelo deputado João Rebelo, que se encontravam na reunião, onde pela parte da ADFA participaram os presidentes da MAGN e DN, o 1º secretário da DN e o consultor jurídico da Sede Nacional. •

RV

Segurança Social já conta tempo de serviço militar

O Centro Nacional de Pensões adoptou a interpretação da lei que considera as pensões dos deficientes militares como indemnizatórias, "o que efectivamente são, do ponto de vista da ADFA", referiu o presidente da DN, Patuleia Mendes, que destacou que "o facto de se receber esta pensão não impede a contagem do tempo de serviço militar obrigatório em pensão cujo direito se tenha adquirido por força dos descontos legais". Tal interpretação conduz a uma aplicação da lei inversa àquela que tem sido praticada até agora.

"Por outro lado, pode também requerer-se

a contagem do aumento das percentagens de tempo, uma vez que o Centro Nacional de Pensões aguardará a publicação da lei sobre a contagem do tempo de serviço, em preparação na Assembleia da República, para efeito de cálculo das quotas a pagar, não aplicando a lei que se encontra em vigor e que é demasiado penalizante para os interessados", referiu o dirigente, salientando ainda que "os associados a quem foram calculadas pensões sem a contagem do tempo de serviço militar podem requerer novo cálculo das suas pensões, juntando documento comprovativo do tempo de serviço passado pela entidade militar".

"Louva-se a atitude mas lamenta-se que só em 2001 se tenha atingido tal «descoberta», uma vez que as leis a interpretar já têm vários anos de vigência", referiu o consultor jurídico da ADFA, António Carreiro, que salienta que desde há vários anos o Gabinete Jurídico da Associação tem pugnado por tal interpretação junto de todas as entidades e mesmo nos tribunais, o que ainda continua a fazer, nomeadamente junto da Caixa Geral de Aposentações, "que ainda não interpreta a lei desta forma". •

RV

Isenção de Imposto Automóvel

Depois de conhecer a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2002, a Direcção Nacional emitiu um documento onde expressa a sua posição face ao seu artigo 38º e a falta de actualização do limite de isenção de Imposto Automóvel para deficientes. Transcrevemos na íntegra o documento que foi enviado para o presidente da Comissão Parlamentar de Defesa da Assembleia da República, com conhecimento ao primeiro ministro, ao ministro da Defesa Nacional, ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e aos presidentes dos grupos parlamentares dos partidos.

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas constatou que o artigo 38º da proposta de lei n.º 105/VIII (Orçamento do Estado para 2002), relativo a Imposto Automóvel (IA), não inclui a actualização do limite de 1.300.000\$00, introduzido pela L 3-B/2000, de 04ABR (Orçamento do Estado para 2000), referente à isenção concedida aos deficientes com incapacidade igual ou superior a 60%.

Porém, o mesmo artigo desta proposta de lei prevê a actualização das tabelas do Imposto Automóvel (IA) em 2,75%, o que resulta directamente numa diminuição do benefício até aqui concedido a estes deficientes.

Solicitamos, deste modo, a elevada atenção de V. Ex.ª no sentido de, ainda em sede de discussão na especialidade, se corrigir esta anomalia.

A ADFA entende, porém, tal como aliás o expressou às entidades competentes após a publicação do Orçamento do Estado para 2000, que a última alteração deste regime de isenção, que fixou aquele limite de 1.300.000\$00, não se encontra correcta do ponto de vista social, porquanto acentuou um esforço dos deficientes que adquiriram veículos a gásóleo isentos até 2000 cm³ de cilindrada, em prol de deficientes com maior poder de compra e que passaram a beneficiar de isenção de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em veículos de cilindrada superior a esta.

O limite, como a ADFA expôs então, deverá situar-se em 1.629.000\$00 na proposta agora em discussão, considerando a aprovação do aumento de 2,75% das Tabelas e fazendo, assim, corresponder este limite aos 2000 cm³ de cilindrada, sobre os quais incidia a isenção anteriormente.

Certos do bom acolhimento de V. Ex.ª, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

O presidente da Direcção Nacional da ADFA

Cândido Manuel Patuleia Mendes" •

Aprovados Plano de Actividades e Orçamento para 2002



Durante todo o dia de sábado, 24 de Novembro, o Conselho Nacional da ADFA esteve reunido para discutir e aprovar, além de outros assuntos, dois instrumentos fundamentais para o funcionamento da Associação - o Plano de Actividades e o Orçamento para 2002.

Os Órgãos Sociais Nacionais, os conselheiros representantes das delegações e os conselheiros da Lista Autónoma analisaram de forma muito participada estes dois documentos apresentados pela Direcção Nacional que, ao longo do debate, foi esclarecendo e respondendo às dúvidas e críticas levantadas.

O Plano de Actividades, tendo como pano de fundo a prossecução de uma "política de saneamento financeiro, rigor e contenção orçamentais", traça os passos a dar nas várias áreas de actividade - vida associativa, reivindicação legislativa, organização e estruturas, reabilitação e apoio social, fontes de financiamento e relacionamento externo a nível nacional e internacional.

O Orçamento, tanto da Sede Nacional como das delegações, é ainda marcado por uma forte preocupação de contenção de gastos e de saneamento financeiro e reflecte já os indicadores de recuperação da actividade de 2001.

No final do debate os dois documentos mereceram a aprovação quase unânime do Conselho Nacional, sem votos contra e apenas quatro abstenções para o Plano e uma para o Orçamento.

O Parecer do Conselho Fiscal Nacional, apreciado em simultâneo com o Plano e Orçamento, analisa as actividades e a situação financeira da ADFA no 1º Semestre do corrente ano e reflecte não só a pesada herança deficitária recebida pelo actual executivo, mas também sinais significativos de equilíbrio e de controlo orçamental efectivo.

Ainda no período da manhã o CN ratificou, por unanimidade, a nomeação do novo director do ELO. Na oportunidade foi proposto e aprovado um voto de reconhecimento e louvor ao director cessante, associado António Carreiro, pela forma como exerceu as suas funções ao longo dos últimos quatro anos e meio.

Depois de confirmada a sua nomeação, José Diniz prometeu corresponder à confiança nele depositada tanto pela DN como pelo CN, agradeceu as felicitações formuladas e aproveitou a ocasião para enaltecer o empenhamento do elemento da Direcção da Delegação de Lisboa responsável pelo pelouro da restauração, associado Fernando Carvalho, na magnífica organização do jantar comemorativo do 27º aniversário do ELO, ocorrido na véspera, cujo programa de animação musical proporcionou momentos bem animados e de são convívio.

Após o almoço os conselheiros aprovaram, na especialidade, o Regulamento para Admissão, Demissão e Readmissão de

Associados, nomeadamente os seus aspectos menos consensuais contidos nos artigos 4º e 6º, referentes, respectivamente, à readmissão de associados e ao estatuto dos associados pendentes. No próximo número daremos o devido destaque a este normativo muito importante para a ADFA, pois irá permitir o regresso de muitos associados que, pelos mais variados motivos, deixaram de cumprir as suas obrigações associativas.

Aprovada a sua continuidade na última reunião, ficaram constituídas as comissões especializadas do CN que, nas suas várias áreas vão ser chamadas a elaborar estudos e propostas a apresentar no plenário deste órgão por forma a tornar o seu trabalho mais ágil e produtivo.

Por último, o CN analisou o documento "Elenco de Medidas Legislativas a Adoptar", elaborado pela Direcção Nacional. Alguns conselheiros pronunciaram-se sobre a ordem de prioridades das reivindicações legislativas, dando sugestões por forma a que o executivo apresente no próximo Conselho Nacional uma linha estratégica mais concreta a seguir nesta matéria.

É de referir que tomaram pela primeira vez assento neste segundo órgão mais importante da ADFA o representante do Conselho da Delegação de Lisboa e o 13º elemento da Lista Autónoma que viu passar um dos seus conselheiros suplentes a efectivo em virtude do aumento para 12 do número de delegações. •

RV

Presidente da Assembleia da República gera polémica

Durante a cerimónia de lançamento do livro "Os militares, as artes e as letras; os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão", de Barão da Cunha, no auditório municipal Eunice Muñoz, em Oeiras, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, proferiu declarações consideradas "polémicas" pelos Órgãos Sociais da ADFA, que haviam sido convidados para o evento e estavam representados pelo 1º vice-presidente da DN, Artur Vilares.

Ao referir um episódio que considera enquadrar-se no grupo de eventos que originaram o 25 de Novembro, em que o governo esteve "sequestrado pelos deficientes das Forças Armadas", Almeida Santos evocou que, no momento em que saía de automóvel, encontrou no meio da rua um cidadão de muletas que, ao ver o carro em alta velocidade (conforme tinha sido aconselhado para a saída dos membros do governo) fugiu, largando as muletas. Perante a reacção da assistência e ponderando sobre o significado das declarações, o representante da ADFA no encontro afirmou ser "uma alusão desadequada, que lesa a memória de uma luta justa dos deficientes militares".

"Pese embora ainda não conhecermos o peso do enfoque da intervenção do Dr. Almeida Santos, a conhecer em audiência que lhe pedimos, com carácter de urgência, não se pode impedir aos verdadeiros deficientes das Forças Armadas o legítimo direito à indignação", considera o presidente da DN, Patuleia Mendes.

Foram ainda recebidas na ADFA várias reacções às declarações do presidente da Assembleia da República, de entre as quais o ELO publica na íntegra a "carta aberta" que recebeu. •

Quem não se sente...

Carta aberta a S. Exa. o Presidente da AR

No passado dia 25 decorreu a sessão de lançamento do livro "Os militares, as Artes e as Letras; os 25 anos do 25 de Novembro: Reflexão", cerimónia para a qual a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) foi convidada e se fez representar pelo 1º Vice Presidente da Direcção Nacional. Nem podia ser de outra forma, já que esta Associação comunga do sentimento de que naquela data foi reposta a via traçada pelo 25 de Abril, ou seja a viragem de Portugal para a Democracia, entre cujos valores está o respeito pela dignidade das pessoas, incluindo a integração de deficientes, valores que para nós, naturalmente, se revestem de especial acuidade.

Vossa Excelência representa para todos os Portugueses algo que transcende as suas unanimemente reconhecidas capacidades e qualidades pessoais, e como tal se apresentou, e falou estatutariamente sentado; Vossa Excelência é a segunda figura do Estado. Por isso que cada uma das suas intervenções tem um duplo peso, o da Pessoa e o da Instituição.

Durante a referida sessão, entendeu por bem Vossa Excelência recordar o episódio do sequestro da Assembleia da República pelos deficientes das forças armadas (ainda com minúsculas); não como um passo de uma luta, igual a muitas, pelo reconhecimento do direito de cidadania e integração, e que levou a que hoje existam Deficientes das Forças Armadas (agora com maiúsculas), mas como anedota, talvez com o intuito de aliviar o cunho de repetitivo e enfadonho deste tipo de

comemorações, sobretudo para quem não tomou parte activa nos actos evocados.

Logrou Vossa Excelência fazer rir a assistência. E, para que não se perca o chiste, tentaremos repeti-lo. Estando Suas Excelências (os deputados) cercados pela brigada dos diminuídos, e sentindo-se um tanto desamparados pelas Forças da Lei, solicitaram o apoio do Regimento de Comandos, que interveio, recomendando que as viaturas, oficiais e privadas, avançassem com o destemor garantido pela carroçaria contra eventuais energúmenos que lhes tolhessem o passo.

Assim foi; e tendo-se a viatura de Vossa Excelência deparado com um dos tais dísculos equipado de muletas, perante a ameaça de atropelamento, o dito largou as muletas e fugiu.

As acima reconhecidas qualidades de Vossa Excelência não incluem a de fazer milagres. Portanto, ou se tratava de um falso deficiente, ou de alguém que não queria ficar ainda mais deficiente.

Não sendo possível, a esta distância temporal, esclarecer a questão, fica-nos a insinuação de uma generalização, a que aliás Vossa Excelência deu força mencionando ainda que seria um dos tais falsos deficientes. Deste modo, fica a ideia de que, afinal, em vez de uma manifestação de deficientes (ainda com minúscula), se tinha organizado nas venerandas escadarias de S. Bento a reedição do Pátio dos Milagres.

Bem sabe Vossa Excelência que não. Mas como neste País nem todos têm a sua clarividência, cumpre-nos lançar aqui o alerta para eventuais ilações a tirar de um momento de humor que, se teve o condão de espertar a audiência, pode diminuir o carácter didáctico que se espera de qualquer intervenção de Vossa Excelência.

Os Deficientes das Forças Armadas (agora com maiúsculas, após o reconhecimento público), não esperam milagres; lutaram e lutarão para que a guerra acabe dentro deles e dos seus lares - o que ainda não sucedeu. E quanto a esmolos, partilham a opinião de Vossa Excelência de quão pouco edificante é tal instituição, tanto para Deputados pela Nação como para Deficientes, das Forças Armadas ou não.

Entenda Vossa Excelência que esta carta mais não é que um desabafo, motivado entre outras coisas pela presença de um elemento da nossa Direcção Nacional na sessão referida, e que assim se sentiu alvo de chacota, mau grado ser extensamente amputado.

Mas num tempo em que proliferam as iniciativas de reconhecimento, homenagem e reparação, de que têm sido objecto os antigos combatentes, deficientes ou não, Vossa Excelência decerto partilhará da nossa opinião de que mal escolhido foi o momento para a chalaça. •

Nuno Santa Clara

27º Aniversário do ELO

Festa animada aquece ambiente

"Não há memória de uma festa destas na história das comemorações do aniversário do ELO", foi a ideia que marcou a noite em que a equipa do ELO festejou, com associados,



dirigentes e funcionários da Sede Nacional e da Delegação de Lisboa, os 27 anos de publicação ininterrupta do jornal da ADFA.

O jantar de comemoração reuniu cerca de 70 pessoas numa mesa com a forma do

símbolo do euro, com uma mesa de sobremesas bem apetrechada de doces e fruta.

A acompanhar todo o jantar esteve o conjunto musical "Pôr do Sol", que também animou o "baile".

A dança começou com uma entrada em "passo doble" dos associados Horta Carneiro e Santa Clara Gomes que, entre piruetas e manobras esquivas, encenaram uma tourada bem à medida da sua boa disposição, a que não faltaram bandarilhas improvisadas com talheres e uma sessão "à Guilherme Tell" em que até o presi-

dente da Delegação de Faro ficou com uma maçã na cabeça, à espera de uma facada... Mas escapou!

A dança foi geral, com bailarico e música dos anos 50, 60 e 70, com destaque

para temas portugueses e para as piasadelas que muitas senhoras foram levando.

Durante o tempo dedicado às intervenções, foi referido pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, ele próprio ex-director do ELO, que elogiou o director cessante, António Carreiro, pelo que se dedicou durante quatro anos e meio ao jornal, saudando o novo director, José Diniz, pela sua experiência por ter também já sido director do ELO e por se ter mostrado disponível para assumir mais este desafio, em nome do elo de ligação com os associados.

José Diniz referiu que "os deficientes militares são a parte mais visível e flagrante de uma legião de jovens dos anos 60 e 70 do século passado que foram mandados para uma guerra que em todos eles ainda está bem presente. São os ex-combatentes que regressaram fisicamente são que melhor com-



Momento da intervenção do director do ELO

preendem a luta dos camaradas que caíram feridos a seu lado. O ELO não pode ignorar estes apoiantes privilegiados", lembrando o trabalho que o ELO se prepara para realizar em termos de reportagens sobre a vida, as dificuldades e sucessos dos associados e deficientes militares em geral.

Ficou a vontade de continuar pela noite fora, festejando o aniversário do jornal que, com o apoio das delegações e dos associados em geral, tem mantido o ELO de ligação com a ADFA. •

Festas de Natal

Delegação dos Açores

A Delegação dos Açores vai realizar o convívio de Natal no dia nove de Dezembro, Domingo, pelas 13h00, no Salão Paroquial do Pico da Pedra, junto à Igreja. •

Delegação de Bragança

A Delegação de Bragança realiza a ceia de Natal/reunião de trabalho no dia seis de Dezembro, sexta-feira. A concentração vai ter lugar na Sede da Delegação, pelas 19h00, com saída - pelas 19h30 - para restaurante a designar. •

Delegação de Coimbra

A Delegação de Coimbra vai realizar o almoço-convívio de Natal no próximo dia 15 de Dezembro, pelas 12h00, no "Salão Milénio", Estrada da Malaposta/Anadia para Mira. Inscrições até 10 de Dezembro. •

Núcleo de Leiria

A festa de Natal do Núcleo de Leiria terá lugar no dia nove de Dezembro, pelas 12h30, no restaurante "José Francisco Gonçalves de Oliveira & Filhos, Lda.", em Ponte de Cavaleiro, Cortes, Leiria. •

Delegação de Évora

O almoço de Natal da Delegação de Évora vai decorrer no próximo dia 15 de Dezembro, Sábado, no Restaurante "Galhetas", no Bairro do Bacêlo, em Évora. Concentração pelas 12h00, na Sede da Delegação. •

Delegação de Famalicão

A Delegação de Famalicão realiza a festa de Natal no dia nove de Dezembro, Domingo, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Viatodos, concelho de Barcelos, com início pelas 09h30. •

Delegação de Faro

A Delegação de Faro vai realizar o convívio de Natal na Cooperativa de Consumo Popular de Faro (COOPOFA), na rua Dr. Emilio Campos Coroa, em Faro, no próximo dia 15 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00.

Delegação de Lisboa

A Delegação de Lisboa vai realizar a sua festa de Natal no próximo dia 15 de Dezembro, pelas 12h00, com um almoço-con-

vívio entre associados e funcionários da Delegação e da Sede Nacional, no restaurante do Edifício ADFA. Pelas 14h30 vai ter lugar um espectáculo no salão do Lar Militar. •

Delegação da Madeira

A Delegação da Madeira realizará a tradicional Festa de Natal no dia nove de Dezembro, no restaurante "A Parreira". Os associados interessados podem contactar a Delegação pelo telefone 291765171. •

Delegação do Porto

A festa de Natal da Delegação do Porto terá lugar no dia 22 de Dezembro, com início às 15h00, no Salão da Igreja Paroquial do Carvalhido. •

Delegação de Viseu

A Delegação de Viseu organiza um jantar de Natal no dia 15 de Dezembro, pelas 12h30, no restaurante "Gestor", na Fenafrutas, estrada principal, Quinta do Fontelo, Gumirães, Viseu. O almoço é antecedido por uma reunião às 10h30 na Sede da Delegação. •

FESTA DE NATAL

Sede Nacional e Delegação de Lisboa

15 de Dezembro 2001

Salão do Lar Militar

12:00 Horas – Almoço (1.000\$00 por pessoa) Edifício Sede ADFA

14:30 Horas – Lar Militar (Salão Nobre)

Intervenção dos presidentes da Direcção Nacional e da Delegação de Lisboa

15:00 Horas – Início do Programa (variedades com diversos animadores)

Inscrições: Para lembranças a filhos e netos de associados, até 12 anos

(data limite: 10 Dez.) Tel.: 21 751 2600 • Fax: 21 751 2611

Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC)

Comunicado

A ADFA recebeu um comunicado da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), onde se toma posição face aos actos de terrorismo de Setembro último, que publicamos na íntegra

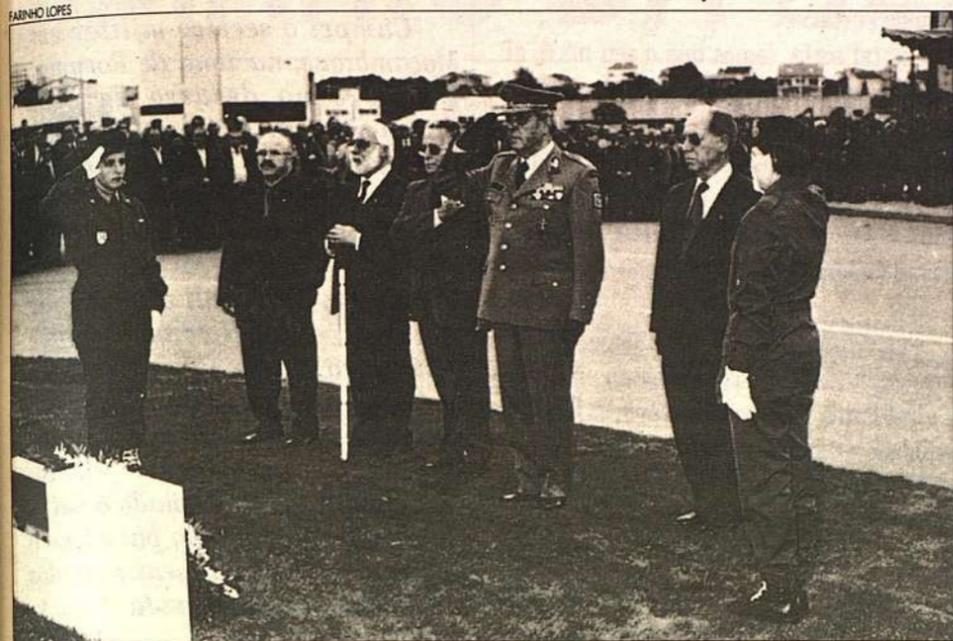
O Bureau Executivo da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), reunido em Paris nos dias 30 e 31 de Outubro de 2001, reconhece a necessidade urgente de uma acção internacional concertada para prevenir os actos de terrorismo e para a erradicação total das origens do terrorismo. O Bureau executivo condena vigorosamente os actos de terrorismo feitos sob a máscara de movimentos nacionalistas e de causas sagradas. Pede a todas as Associações Membros para intervir insistentemente junto dos seus Governos para que estes ajam conjuntamente com vista a levar a tribunal todo os autores de actos terroristas.

Se bem que uma acção militar punitiva tenha já sido iniciada contra as redes de terrorismo responsáveis pela morte de milhares de inocentes, o Bureau Executivo pede que sejam considerados outros meios de combate ao terrorismo. Exprime a sua preocupação no que respeita aos danos colaterais, tais como os bombardeamentos de estruturas civis, e o seu impacto sobre as populações civis inocentes, e apela à estrita aplicação do direito internacional humanitário.

A Federação Mundial dos Antigos Combatentes é uma organização internacional não governamental agrupando cerca de 27 milhões de antigos combatentes em 84 países de todo o mundo. •

Paris, 31 de Outubro de 2001

Monumento aos Combatentes do Ultramar em Viseu



As entidades prestaram homenagem aos ex-combatentes

"A Nação vai reconhecendo por monumentos os homens que fizeram a História de Portugal", afirmou Patuleia Mendes, presidente da DN, na cerimónia de inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, no passado dia 28 de Outubro, em Viseu.

Conforme já noticiado na última edição do ELO, o dirigente da ADFA discursou perante

o Chefe de Estado Maior do Exército, general Silva Viegas, que representava o ministro da Defesa, o comandante da Região Militar do Norte, tenente-general Cipriano Alves, em representação do general CEMGFA, e do presidente da Liga dos Combatentes, entre outras entidades, aludindo à contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma e ao

problema do stress de guerra como questões prementes entre outras que a ADFA vem defendendo. Na inauguração estiveram também presentes os representantes de várias delegações da ADFA e muitos antigos combatentes e deficientes militares.

"Vamos fazer como quando éramos combatentes de elite: sabíamos tirar a folga do gatilho e aguentar até ser altura de disparar", disse o presidente da DN, em metáfora para a postura da ADFA face às reivindicações legislativas.

Patuleia Mendes referiu que "este é um marco que as sociedades constituem para evidenciar às gerações futuras factos importantes da sua História, onde individualidades se distinguem ao serviço dessas sociedades", aludindo aos diversos monumentos levantados "desde o Mosteiro dos Jerónimos ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém", realçando ainda que, "tão importante como os monumentos de pedra, é a envolvência dos antigos combatentes e deficientes militares que intervieram na Guerra Colonial, monumentos vivos daquele período e que devem contribuir para a correcta análise histórica do tempo, para que se faça a catarse colectiva e se enterre o tabu ainda remanescente para que não aconteça à Guerra Colonial o mesmo que à Batalha de

Alcácer Quibir, uma ferida ainda a sangrar, 400 anos depois da sua ocorrência".

O presidente terminou recordando aos antigos combatentes e deficientes militares uma frase do padre António Vieira, "se servistes a Pátria, que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma", adiantando que se, "tal como em combate, soubermos na sociedade dar o exemplo do dever cumprido pela «ditosa Pátria nossa amada» as actuais gerações jovens e as futuras dirão de nós "orgulhe-se a Pátria de tal gente".

O presidente da Liga dos Combatentes, general Júlio Oliveira, considerou-se muito honrado por ter servido a Pátria sem titubear e ver aqui esse nosso esforço reconhecido". Aludiu ainda ao facto de "27 anos passados, e ainda encontramos quem tenha dúvidas e receio de construir estes monumentos à Guerra Colonial, de dignificar os seus mortos, os seus combatentes. A História não se pode negar".

"Só nos falta aguardar que a justiça nos seja feita. Queremos que nos honrem, que nos dignifiquem, que nos dêem aquilo que merecemos", terminou o presidente da Liga dos Combatentes, realçando mais uma vez o significado deste novo monumento. •

RV

II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial

A nossa História em análise

Durante três dias o auditório Municipal do Seixal foi o palco de apresentações e debate sobre a Guerra Colonial. A nossa História recente foi invocada sem dramatismos, em perspectivas novas de investigação. A Guerra Colonial entrou finalmente na universidade para se desdobrar nos testemunhos de quem por lá deixou parte de si.

História, testemunhos, música, cinema, teatro e literatura foram os grandes temas orientadores do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, promovido pela Universidade Aberta (UA), no auditório municipal do Seixal, de 12 a 14 de Novembro, numa iniciativa apoiada pela autarquia local.

Este Congresso apresentou inovações face à sua primeira edição, nomeadamente no que respeitou às intervenções, que este ano foram efectuadas por um número maior de mulheres, estando também mais marcada a vertente académica no estudo e divulgação dos temas relacionados com a Guerra Colonial.

Foram oito os painéis em que se dividiram as apresentações dos 44 participantes, entre professores universitários, historiadores, actores, realizadores, militares e jornalistas, entre outros.

Destacaram-se, logo no primeiro painel, as intervenções de John P. Cann e de David Martelo que, numa vertente histórica, expuseram as suas visões sobre a intervenção da Marinha portuguesa na guerra, e sobre a



Um dos painéis do II Congresso sobre a Guerra Colonial

vivência dos militares portugueses com quem habitava as então colónias portuguesas.

As intervenções suscitaram as questões da assistência e o debate, levantando-se por vezes alguma polémica sobre as diversas análises sobre o conflito.

No último dia interveio também Sílvia Espírito Santo que, no âmbito do mestrado que frequenta, se dirigiu à ADFA para consultar a Biblioteca, no sentido de recolher informação para o seu trabalho intitulado "Por Deus e Pela Pátria - o M.N.F. na Guerra Colonial". Foi estabelecido um paralelismo entre o que foi o Movimento Nacional

Feminino e a participação das mulheres em todas as guerras, com os papéis que lhes são atribuídos (mães, viúvas, consoladoras, visitadoras, conselheiras, de bastidores), referindo os 13 anos de actividade do movimento e as cerca de 80 mil mulheres envolvidas.

A visão feminina sobre a Guerra Colonial contou com as exposições de Margarida Ribeiro e Lúcia Apa, que falaram sobre a forma como a mãe, a mulher, a viúva viveram o conflito.

O cinema e o teatro também se destacaram, com as intervenções de Garção

Borges, José Ribeiro e Carlos Matos Gomes, que realizaram um debate sobre o cinema/documentário, sendo também levada à cena a peça "Pensão de Sangue", de Alfredo Brito, apresentando Avelino Bento uma comunicação sobre a importância do teatro na vida de um combatente e de um ex-combatente do conflito.

Rui Azevedo Teixeira realçou ainda o apoio da Câmara Municipal do Seixal, uma vez que a própria UA vai implantar as suas instalações na área daquela autarquia, sendo este "o primeiro sinal da presença da Universidade na nossa comunidade", como referiu Alfredo Monteiro, presidente da edilidade.

O organizador do Congresso salientou ainda que, com a adesão alcançada, "temos a certeza da realização de futuros congressos", destacando ainda a qualidade das instalações onde decorreu esta edição do congresso, bem como o trabalho dos que ajudaram a levar a efeito esta iniciativa.

A reitora da UA, Maria José Tavares, acrescentou que "há outras maneiras de encontrar a paz sem ser matando", sendo que, através das comunicações efectuadas, é possível tirar lições e exemplos para a construção de um mundo novo, "onde a paz seja uma meta atingida, com respeito pela cidadania e pelos direitos humanos". •

RV

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias.

Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

"(...) O recorrente contencioso e aqui recorrido (...) requereu em 01.07.96, face à já referida declaração de inconstitucionalidade da alínea a) do artigo 7º da Portaria n.º 162/76, "o seu ingresso no serviço activo, no regime que dispensa plena validade, nos termos do DL 43/76 de 20 de Janeiro e portarias regulamentadoras e, designadamente, ao abrigo do seu art. 20º e alínea a) do n.º 6 da PRT 162/76 de 24 de Março que remetem para os arts. 1º e 7º do DL 210/73 de 9 de Maio, o regime de exercício deste direito de opção".

Pertencendo ao Quadro do Complemento do Exército, já tendo podido usufruir do direito de opção pelo activo do abrigo do Decreto-lei n.º 210/73 (v. art. 15º, n.º 1), pelo que veio a ser considerado automaticamente deficiente das Forças Armadas por força os art. 18º, n.º 1, al. c) os Dec-lei n.º 43/76.

Neste contexto e arredada que se mostra aquela alínea a) do art. 7º da Portaria n.º 162/76, emerge para o aqui recorrido o direito à opção pelo serviço activo, mercê do disposto no mencionado Dec-lei n.º 43/76.

E até aqui todos parecem estar de acordo, no essencial.

A divergência nasce, a partir de agora, quanto à real exequibilidade desse direito.

Segundo o acórdão impugnado, existe

suporte normativo capaz de dar satisfação à pretensão do requerente e ora recorrido e que dimana dos artigos 1º e 7º do Decreto-lei n.º 210/73, ex vide o art.º 20º do Dec-Lei n.º 43/76 e alínea a) do n.º 6 da Portaria 162/76.

E o recorrido está basicamente de acordo com tal entendimento.

A entidade recorrente, porém, não pensa assim.

(...) A entidade recorrente sustenta (...) que o regime constante do Dec-Lei n.º 43/76 e das Portarias que o regulamentam, designadamente a Portaria 162/76, já não pode ser aplicado ao recorrido.

Vejam os.

Como atrás se deixou expresso, esta Portaria 162/76, que na sequência do Dec-Lei n.º 43/76 visa regular as situações transitórias, foi toda concebida no sentido de excluir o direito de opção pelo ingresso no activo dos DFA na situação de reforma extraordinária ou beneficiários de pensão de invalidez que já tinham podido usufruir de tal direito nos termos da anterior legislação - art.º 7º, al. a).

Mas esta norma, como bem se sabe, foi declarada inconstitucional com força obrigatória geral.

Daí que agora tenham de ser vistas, a uma outra luz, algumas das disposições

daquela portaria.

Por tal sorte, temos que o seu n.º 6, al. a), não pode deixar de ser aplicado, até por maioria de razão, aos já considerados deficientes antes do Dec-Lei n.º 43/76 e que, depois foram havidos automaticamente como DFA nos termos do art.º 18º deste último diploma.

(...)

Neste contexto, não se vê onde esteja a inexecutabilidade do sistema agora.

Defender posição contrária é negar a realidade e o próprio quadro normativo.

Na verdade, os já havidos como DFA, como o aqui recorrido, e os que só por força do Dec-Lei n.º 43/76 vieram a ser considerados como tais, mediante a revisão dos seus dossiers, não podem deixar de, a este propósito, no processamento do regresso ao activo, terem um tratamento idêntico, e esse é o que vem delineado, nomeadamente, na citada Portaria 162/76.

Ora esse processamento não se vê que não continue a ser exequível, tanto mais que pela Portaria n.º 114/79, de 12.3, a revisão dos processos a que se reporta aquela alínea a) do n.º 6 passou a poder efectuar-se em qualquer altura, por força do n.º 1 da Portaria n.º 114/79, de 12.3.

Em tais termos, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando o acórdão recorrido. •

Nota da Redacção: Noutros recursos e noutra secção do Supremo Tribunal Administrativo foi proferida decisão oposta.

RV

A advogada responde

Execução de sentenças

"Cumprido o serviço militar em Moçambique, na zona de Rovuma. Em 1973 no decurso de uma operação fui atingido por estilhaços devido ao rebentamento de uma mina anti-pessoal que me provocou ferimentos na perna esquerda, que se agravaram com o tempo. Em 1997 pedi a revisão do processo, e a JHI considerou-me apto para todo o serviço, parecer do qual interpus recurso para o Tribunal Administrativo e já duas sentenças me deram razão. Recentemente fui chamado a outra junta que me deu apto para todo o serviço. Será que as sentenças dos tribunais não valem nada?"

Uma vez a sentença transitada em julgado, a respectiva decisão material tem força obrigatória, estando a administração pública obrigada a dar-lhe execução.

A lei, nomeadamente, no DL 256-A/77, de 17 de Junho, prevê mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos julgados por parte da administração pública.

A administração dispõe de trinta dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, para a executar voluntariamente.

Decorridos os trinta dias sem que haja execução, o interessado dispõe, em regra, de três anos para requerer a respectiva execução ao órgão competente, requerimento que é obrigatório para se poder lançar mão da fase judicial.

Tendo sido requerida a execução da sentença ao órgão administrativo competente, a administração ou executa a sentença no prazo de sessenta dias, como em regra deve fazer, ou invoca causa legítima de inexecução ou nem faz uma coisa nem outra.

No primeiro caso, o assunto fica sanado; não assim nos dois restantes em que o interessado, caso queira fazer valer os seus direitos, terá de iniciar uma fase judicial que se desdobra em duas subfases, uma declarativa e outra executiva.

A fase judicial decorre perante o tribunal que em primeiro grau de jurisdição tiver proferido sentença e inicia-se com a apresentação de um requerimento em que o interessado pede ao tribunal que declare a inexistência de causa legítima de inexecução, ou que fixe uma indemnização pelos prejuízos resultantes do acto anulado e da inexecução da sentença (havendo acordo entre o interessado e a administração sobre a existência de causa legítima de inexecução).

Se o tribunal declarar a inexistência de causa legítima de inexecução, ou, se em caso de acordo, o interessado tiver optado pelo pedido de indemnização, entra-se na subfase executiva, finda a qual o tribunal proferirá decisão, declarando nulos os actos praticados com ofensa do caso julgado e fixando os termos da execução, ou da indemnização.

O processo é moroso, mas é aquele que a lei prevê para compelir a administração pública a executar os julgados. •

Inês Soares de Castro

Comentário

APRENDER COM O PASSADO

Quando da realização do IV Congresso, em Abril de 2000, foram aprovadas várias "medidas concretas a ter em conta". Em algumas delas são focados alguns aspectos que, no fundo, derivam da mesma situação: as diferenças entre os acidentados em campanha e em serviço. Citamos: "a ADFA deve lutar pela especificidade do serviço militar", "todos os deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias"; "extensão dos direitos consignados nos art.ºs 14º e 15º do DL 43/76 ... a todos os deficientes militares"; "os deficientes em serviço devem ter abono suplementar de invalidez a partir de 30% de incapacidade".

A grande questão é sempre a mesma: onde acaba o serviço e começa a campanha, e vice versa? Se do ponto de vista teórico parece fácil fazer a distinção, a prática e a nossa experiência provam o contrário. Nem o local do acidente é determinante para a qualificação como DFA: há-os oriundos de território metropolitano, bem como não-DFA oriundos da ex-colónias. E entre nós abundam os casos em que as mesmas situações levaram a classificações diferentes.

Outra questão é de origem emocional. Ninguém regateia (pelo menos abertamente) o direito ao reconhecimento e à reparação dos feridos em campanha - até se utilizam fórmulas como "mártires", "heróis", "os que tudo deram pela Pátria". Já quando a classificação é mais nebulosa a atitude é diferente, o que permite aos poderes públicos regatear mesquinamente a tal reparação. Chegou-se ao ponto de uma mina ser considerada "acção indirecta do inimigo" - já que este não estava, fisicamente, no local, a accionar o disparador.

Entre nós, o Estado é useiro e vezeiro na interpretação dos factos e leis pelo lado mais desfavorável para o cidadão; ou mesmo, em impor ao sector privado obrigações a que ele próprio se escusa. Bom exemplo é o caso dos funcionários públicos, que só muito recentemente tiveram um regulamento dos acidentes e doenças em serviço regulamentados de modo satisfatório, ou seja, de modo semelhante ao pessoal do sector privado.

Estas diferenças reflectem-se naturalmente na vida associativa. Quando se discute a questão do DL 134/96, sem dúvida

que se discute a resolução da desigualdade criada entre DFA; mas, para os não-DFA, trata-se de uma discussão entre privilegiados.

Está fora de causa a perda de direitos e garantias tão duramente conquistadas pelos DFA; mas não devem esmorecer as lutas pelos demais deficientes, que não podem resumir-se a enquadrá-los no DL 43/76. A solução passa pelo esbater das diferenças entre deficientes militares, baseando-nos na especificidade militar; aplanar as divergências é contribuir para a integração da família militar, de que os deficientes, voluntariamente ou não, fazem parte.

Tal questão deve estar sempre presente nas reivindicações legislativas, nomeadamente na redacção de um futuro Estatuto da Deficiente Militar. Se estamos hoje inseridos numa sociedade mais justa, e se pretendemos ter umas Forças Armadas que sejam um instrumento privilegiado da nossa acção externa, é bom que se não esqueçam as lições do passado. •

Nuno Santa Clara

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Tabelas de Inaptidão e de Incapacidade

Portaria 1195/2001, de 16 de Outubro

Procede à adaptação e publicação das "Tabelas gerais de inaptidão e de incapacidade para o serviço nas Forças Armadas (para uso nas juntas médicas e centros de selecção)".

A alteração introduzida é relativa ao Capítulo I, que tem por epígrafe "Constituição geral" do indivíduo, nomeadamente a nível da altura, robustez e obesidade.

Mandatos Electivos

Decreto-Lei 279-A/2001, de 19 de Outubro

O presente decreto-lei "visa regulamentar a aplicação da licença especial a que se refere o artigo 31.º-F da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 4/2001, de 30 de Agosto, à qual ficam sujeitos os militares pertencentes ao quadro permanente (QP) e nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) que se encontrem a prestar serviço efectivo e pretendam concorrer a eleições para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões Autónomas e do poder local e para deputado ao Parlamento Europeu."

Nacionalidade

Acórdão 423/2001 - Tribunal Constitucional, de 7 de Novembro

O presente acórdão declara a

Pensões de Preço de Sangue

Acórdão 308/2001 - Tribunal Constitucional, de 20 de Novembro

O Provedor de Justiça suscitou a declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, «da parte da norma que se encontra contida no artigo 11.º, n.º 1, alínea b) [na versão originária, hoje alínea c)], do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares» (IRS), ..., que determina a incidência do IRS sobre as «pensões de preço de sangue», com fundamento na violação do princípio da legalidade tributária, na violação dos fins constitucionais globais do sistema fiscal e dos específicos do imposto sobre o rendimento e na violação do princípio geral da igualdade.

Notificado o Primeiro-Ministro, o mesmo impugnou, exaustivamente, a procedência de todos os fundamentos de inconstitucionalidade invocados.

Da fundamentação do Tribunal Constitucional:

A norma do n.º 6, do artigo 9.º,

inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, e do artigo 1.º, do Decreto-Lei 319/84, de 1 de Outubro, na parte em que reservam a nacionais portugueses a qualificação como deficiente das Forças Armadas ou equiparado, limitando os efeitos da inconstitucionalidade, de modo que estes apenas se produzam a partir da publicação oficial do acórdão.

Nota: Ver ELO de Novembro de 2001, páginas 16 e 17.

Declaração Periódica de Rendimentos

Portaria 1214/2001, de 23 de Outubro

A presente portaria determina que "os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e que, no exercício, tenham um volume de negócios superiores a Eur 1 250 000 ficam obrigados ao envio, por transmissão electrónica de dados, da declaração periódica de rendimentos e da declaração anual de informação contabilística e fiscal a que se referem, respectivamente, as alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 109.º do Código do IRC"

"Os sujeitos de IRS titulares de rendimentos empresariais ou profissionais que, no âmbito das correspondentes actividades, tenham, no ano, um volume de negócios superior a Eur 1 250 000 ficam igualmente obrigados ao envio, por transmissão electrónica de dados, da declaração anual de informação contabi-

do Decreto-Lei 466/99, de 06NOV «ilustra a natureza indemnizatória da pensão de preço de sangue e, simultaneamente, o absurdo e a incongruência do regime tributário a que esta tem estado sujeita (se comparado com os regimes tributários aplicáveis a indemnizações semelhantes): na verdade, enquanto o beneficiário da pensão recebe indemnização de terceiro responsável pelo falecimento do seu familiar (por exemplo, do culpado de acidente de viação), e, por via disso, vê ser suspensa a sua pensão de preço de sangue, recebe uma indemnização isenta de IRS, nos termos do artigo 13.º do Código do IRS; mas a partir do momento em que essa indemnização se esgota, e passa a receber a pensão de preço de sangue, já recebe uma «indemnização» (a pensão de preço de sangue) - com a mesma natureza e função - sujeita a IRS, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, alínea c), do Código do IRS.

Diga-se ainda que também os abonos suplementares de invalidez e as prestações suplementares de invalidez atribuídos a deficientes

lística e fiscal a que se refere o n.º 1 do artigo 113.º do Código do IRS."

Cartão de Pensionista

Portaria 1269/2001, de 7 de Novembro

Aprova o Cartão de Pensionista por Doença Profissional e o Cartão de Beneficiário por Doença Profissional.

Os titulares do primeiro cartão têm direito aos benefícios previstos na lei para os pensionistas por invalidez do regime geral do sistema de solidariedade e segurança social, a assistência médica e medicamentosa e a tratamentos gratuitos quando ministrados à doença profissional de que são portadores.

Os titulares do segundo cartão têm direito a assistência médica e medicamentosa e a tratamentos gratuitos quando ministrados à doença profissional de que são portadores.

Programação Militar

Lei Orgânica 5/2001, de 14 de Novembro

Aprova a Lei de Programação Militar que "incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público das Forças Armadas relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas e é elaborado e executada de acordo com o regime definido na presente lei" e "incorpora ainda programas de desactivação de equipamentos, armamento, munições e infra-estruturas e de investigação e desenvolvimento". •

das Forças Armadas, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, têm sido, ao que se sabe, considerados fora do âmbito do artigo 11.º, e antes dentro do artigo 13.º, em razão da sua natureza indemnizatória de «danos emergentes».

Da decisão:

«O Tribunal decide:

a) Declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do Código do IRS, na interpretação segundo a qual nela estão abrangidas as pensões de preço de sangue, prevista nos Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro, por violação do artigo 13.º, combinado com o princípio emergente dos artigos 103.º, n.º 1, e 104.º, n.º 1, da Constituição da República;

b) Limitar os efeitos da inconstitucionalidade, ora declarada, os quais só se produzirão a partir da publicação desta decisão no Diário da República, com ressalva das situações litigiosas pendentes.» •

Diploma



do Mês

Quotas de Emprego

Despacho conjunto 1006/2001, de 17 de Novembro
Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Reforma do Estado e da Administração Pública

«O Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, estabeleceu o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, nos serviços e organismos da administração central e local e nos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados do Estado ou de fundos públicos, a utilizar nos concursos externos de ingresso e, com as necessárias adaptações, nos processos de selecção para celebração de contratos administrativos de provimento e contratos de trabalho a termo certo.

Nos termos deste diploma, a aferição da capacidade de o candidato exercer a função posta a concurso é feita pelo júri, de acordo com a descrição do conteúdo funcional constante do aviso de abertura e da definição de pessoa com deficiência constante do n.º 1 do seu artigo 2.º

Previu-se, no entanto, a possibilidade de, em caso de dúvida por parte do júri do concurso ou de discordância por parte do candidato quanto à mesma verificação, ter lugar recurso técnico específico para entidade a definir por despacho conjunto, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 29/2001.

É esta entidade de recurso técnico específico que agora se define, estabelecendo-se a respectiva composição, sede e modo de funcionamento, a fim de permitir a operacionalidade do sistema instituído por aquele decreto-lei.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, determina-se o seguinte:

1 - A entidade de recurso técnico específico, adiante designada por ERTE, prevista no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, é constituída por:

- Um representante da Direcção-Geral da Administração Pública, que preside;
- Um representante do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Um representante do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- Um representante da Direcção-Geral de Saúde;
- Um representante da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

2 - A ERTE tem a sua sede na Direcção-Geral da Administração Pública, a qual fornece o apoio administrativo necessário, e reúne quando convocada pelo presidente.

3 - Os pedidos dirigidos à ERTE, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, devem ser fundamentados pelo júri do concurso, quer quanto aos pressupostos que dão origem aos casos de dúvida, quer ainda, em caso de discordância por parte do candidato, quanto aos motivos alegados por este e os argumentos que sustentem a decisão do júri.

4 - Para efeitos do disposto no número anterior, o júri pode solicitar ao candidato elementos complementares, quer permitam verificar a sua capacidade para o exercício das respectivas funções.

5 - A decisão sobre os pedidos a que se refere o n.º 3 deve ser tomada no prazo de 10 dias, contado da data de recepção dos mesmos.

6 - A ERTE pode solicitar, através do seu presidente, pareceres especializados a outras entidades, quando necessário.

7 - O prazo referido no n.º 5 é elevado até ao máximo de 30 dias, quando haja lugar à realização das diligências a que se refere o número anterior.

8 - A decisão da ERTE é comunicada à entidade responsável pelo pedido no prazo de cinco dias após a respectiva deliberação.»

Mais de 300 pessoas convivem com o Núcleo da ADFA

Tradicional noite de fados em Aveiras



Fátima Regateiro em plena actuação

No dia 17 de Novembro, a Casa do Povo de Aveiras-de-Cima foi de novo o palco da já tradicional noite de fados organizada pelo Núcleo da ADFA naquela localidade.

O evento contou com a participação de vários fadistas já conhecidos de quem tem assiduamente acompanhado as várias edições deste encontro.

Na iniciativa, que é sempre aberta à comunidade local, envolvendo associados e

amigos da ADFA em Aveiras, participou o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, que, na sua intervenção, apelou à participação associativa, lembrando que durante Janeiro próximo haverá eleições para os Órgãos Sociais daquele Núcleo, à semelhança do que tem acontecido noutros núcleos da área de Lisboa.

Foi notada a ausência do associado

Elisiário Seabra, um dos organizadores da iniciativa, que não pôde comparecer por motivos pessoais, sendo-lhe dedicada uma salva de palmas especial.

Na guitarra portuguesa esteve Humberto Vicente e na viola Ribeiro Cardoso, cantando vários fados ribatejanos e outros, os artistas José Eduardo, Miguel Ouro, Fátima Regateiro, Hélder Lopes, Jorge Alberto, Pedro Silva e Manuel Faustino. O humor esteve a cargo de um especialista: Joaquim Júlio, que também cantou.

A noite começou com a tão popular expressão "o fado é que induca", o vinho é que instrói", avançando-se a meio da sessão para o caldo verde e para as castanhas.

As luzes baixaram para um ambiente mais castiço, dedicado ao momento artístico que o fado traz, permitindo aos artistas do Grupo de Fadistas Amadores do Concelho de Azambuja, encantarem a todos com a vivacidade das melodias interpretadas.

"Cavalo Russo" e "O Embuçado" foram alguns dos fados que se ouviram na noite de Aveiras, num convívio que durou até à madrugada. •

RV

Pesca Desportiva na Cova do Vapor

Equipa da ADFA encerra época

A equipa de pescadores da Delegação de Lisboa participou, com quatro dos seus elementos, no concurso de Pesca Desportiva de Mar organizado pelo Clube de Praças da Armada (CPA), na Cova do Vapor, no dia 11 de Novembro.

Américo Monteiro, Fernando Sousa, José Joaquim e Jorge Neto foram os associados que participaram, sendo classificados os dois primeiros em 46º e 47º lugares, respectivamente.

Os 700 pontos de Américo Monteiro e os 600 de Fernando Sousa não foram suficientes para bater Jorge Relvas e Luís Afonso, do grupo Pesca Mar, e Paulo Ferreira, do CPA, que conquistaram os três primeiros lugares das classificações.

A concentração efectuou-se pelas 07h00, junto à Cova do Vapor, na margem sul do Tejo, dividindo-se os cerca de 130 participantes nas categorias individuais de Homens, Senhoras e Juniores. Para a classificação contava o peso mínimo de 50 gramas, valendo um ponto por grama do peixe ferrado.

O encontro culminou num almoço seguido da distribuição de troféus, para os 50 primeiros classificados e para o maior exemplar, de 1,4 quilos, apanhado por João Castelo, do Clube Recreativo da Liberdade, de Setúbal. •

RV

XIII Encontro Nacional de Cicloturismo

No passado dia 25 de Novembro a equipa de ciclismo da ADFA participou no passeio organizado pela Federação Portuguesa de Cicloturismo, em parceria com o Núcleo Cicloturista de Sesimbra e com o Grupo Desportivo da Quinta do Conde.

O evento constituiu o XIII Encontro Nacional de Cicloturismo com partida e chegada à Quinta do Conde, num percurso com cerca de 70 quilómetros.

A primeira parte do passeio passou por Marco do Grilo, Lagoa de Albufeira, Alfirim, Zambujal, e Cabo Espichel, com paragem de meia hora para recuperar as forças e retemperar o estômago, aproveitando-se também para deliciar a vista com a paisagem que o local oferece.

Na segunda parte, o regresso fez-se passando por Santana e Marco do Grilo, com chegada a Quinta do Conde.

"Os mais de 400 participantes, por onde seguiam, iam dando às maravilhosas paisagens da zona, a multiplicidade de cores das camisolas e o brilho das bicicletas,



Momento da paragem em Cabo Espichel

proporcionando um espectáculo inigualável a que o ciclismo nos vai habituando", referiu Luís Baltazar, que seguiu no passeio no carro de apoio da ADFA.

Por se tratar do último passeio da época

e por alguns elementos da nossa equipa já se encontrarem no defeso, a ADFA fez-se representar apenas com três ciclistas, acompanhados pelo Luís Baltazar na viatura de apoio com as cores da ADFA. •

QUOTAS EM DIA, ELO EM CASA

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

Pesca Desportiva

Um comentário

A equipa de pesca da ADFA/Delegação de Lisboa participou, no dia de S. Martinho, 11 de Novembro, no encerramento da época de Pesca Desportiva, participando com quatro atletas no concurso organizado pelo Clube das Praças da Armada, na Cova do Vapor.

Foi um dia agradável e nem o frio intenso fez a equipa perder o gosto pela participação.

Temos na esperança dois objectivos: 1º) Que a este grupo possam vir juntar-se mais associados, sobretudo aqueles que vêem neste desporto uma nova forma de enfrentar os traumas, o stress e as contrariedades da vida; 2º) Que a Delegação de Lisboa crie meios para que tenhamos um mínimo de condições para defendermos a camisola da ADFA no seio da sociedade em que estes eventos nos catapultam.

Da parte deste grupo tudo faremos para dignificar a ADFA, a Delegação de Lisboa, o nosso nome e o desporto. •

Fernando Sousa

Escrevem os associados

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

Alteração do DL 134/97, de 31 de Maio

1 - O Grupo de Acompanhamento Legislativo, em nome da transparência e do rigor que merecem os assuntos tratados e que digam respeito aos associados, solicitou à Direcção Nacional que o Projecto Lei para alterar o Dec. Lei nº 134/97, fosse publicado no "Jornal ELO".

2 - Na Assembleia Geral da Delegação de Lisboa, realizada no dia 20 de Novembro p.p., um associado, com toda a legitimidade que lhe assiste, levantou a questão do nº 2 do artº 1º, do referido Projecto, não especificar que o mesmo só se aplica aos praças do antigo serviço militar obrigatório, para salvaguardar os praças/QP que assim serão abrangidos pelo nº 1 do artigo em causa.

3 - Por se entender que a questão levantada é pertinente, e para que não subsistam dúvidas sobre o que se pretende com o já mencionado Projecto Lei, o Grupo de Acompanhamento Legislativo já solicitou e sugeriu à Direcção Nacional que o nº 2 do artº 1º do Projecto passe a ter a seguinte redacção:

"as praças, que não foram dos Quadros Permanentes, que sejam consideradas como militares Deficientes das Forças Armadas, nos termos do número anterior, são promovidos ao posto de Cabo da Armada e colocados no último escalão deste posto, sendo graduados em 2º Sargento, para efeitos de benefícios sociais."

O Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA
 José Moreira, Fernando Carvalho, Isaac Rodrigues, José Salazar, António Barroso, Francisco Janeiro

DL 134/97

Conforme já anunciado, vai comemorar-se no próximo dia 23 do corrente mais um aniversário do nosso jornal ELO. Não podendo estar presente, como seria meu desejo, por várias dificuldades que

se vão agravando dia a dia, venho por este meio apresentar os meus parabéns e agradecimentos a todos quantos contribuem para manter forte este elo que, para muitos associados, é a única cadeia que os mantém ligados à ADFA.

Quero agradecer ao Sr. Director cessante do ELO a benevolência com que permitiu que algumas cartas minhas ali fossem publicadas e espero continuar a merecer o mesmo tratamento por parte do novo, mas já experiente, Sr. Director, a quem apresento os meus respeitosos cumprimentos e votos das maiores felicidades no desempenho de mais esta missão em prol dos DFA.

Pelas informações publicadas nos últimos números do ELO, dá a impressão que a ADFA recomeça a mexer, porém como algumas velhas reivindicações não estão satisfeitas e por enquanto não passam de meros desejos e projectos que podem nunca ter aprovação, com a experiência já vivida, permito-me alertar a rapaziada para não se deslumbrar com a fartura de escalões, divisas e galões estreitos e largos e não comecem já a programar em "leasing" festas em honra dos santinhos da sua devoção porque a música pode ser outra e a procissão não chegar sequer a sair da igreja.

Por isso nada de foguetes por agora, que podem estoirar nas mãos. Aliás, se as propostas da ADFA forem aceites como estão, o que duvido, pois quando a esmola é grande (para alguns escandalosa) o pobre desconfia, só irão agravar as desigualdades, revoltas e divisão já reinantes entre os associados. Poderia aqui apresentar exemplos, com contas já feitas, mas não o faço precisamente para evitar mais polémicas. Mesmo que as leis sejam aprovadas é necessário estar muito atento à sua regulamentação e execução, pois, pelo costume, não poderemos contar com muitas facilidades, mas com gente que só procurará criar-nos obstáculos e como os DFA calcorream as selvas de África, Índia, Timor e outras e contactaram com diversas espécies de bichos, agora somos nós que estamos

entregues à "bicharada". Por isso só nos resta rezar e para facilitar a vida a alguns crentes, junto envio o formulário de algumas orações dirigidas ao Santos Inventor do Decreto 134/97, não exigindo quaisquer direitos de autor pela sua publicação.

Oração ao inventor ou inventores do Dec. 134/97 (Promoções dos capitães-coronéis e outros)

Pais - deles (dos que foram promovidos) que estais na terra, lavado seja o vosso nome que bem sujo está, veio a nós a vossa discriminatória república, foi feita a sua vontade (sair do purgatório da graduação) cá na terra, mas não será feita a vossa no céu. O pão deles, para todos os dias, lhes destes ontem com as promoções, perdoai-nos por não vos podermos perdoar as gritantes injustiças com que nos tendes ofendido e deixastes esta tropa-à-sorte, de chicos-espertos, cair na tentação da guerra das promoções que só nos veio agravar todos os males, amem.

Ora como a ADFA é uma instituição democrática e pode haver associados que não concordem com a «oração única», poderão optar, se assim o entenderem, pela seguinte:

- Santanás, príncipe dos diabos e rei dos infernos, vós que concedestes a um vosso leal e amantíssimo grupo de servos, criado à vossa imagem e semelhança, a mui diabólica e discriminatória invenção do Dec-Lei 134/97, pelos seus méritos e altos serviços de perdição de almas e corpos que com esta injusta acção vos prestou, vos suplicamos que lhes concedais a recompensa a que tem direito de muito em breve poder fazer parte da vossa diabólica corte. Se nos concederdes o que sem qualquer fé vos pedimos, prometemos oferecer-vos um litro de bom azeite a para os ajudar a fritar na vossa infernal cozinha e assim fazer um manjar dos diabos. Assim seja.

Imprimatur - Josef Paulus - nem Bispo nem sacristão da Guarda. •
 José Monteiro Palos

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Francisco Maria Azevedo

Associado n.º 9019
 78 anos
 Faleceu no dia
 04/10/01



Residia em Évora. Serviu em Angola.

Vitor Manuel Almeida

Associado n.º 1453
 44 anos
 Faleceu no dia
 17/08/01



Residia no Entroncamento. Deixa viúva Ana Paula Bragues de Almeida.

Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 16v HLX
SPORT
SPORT Speedgear
HGT
1.9 JTD ELX
1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND

75 Liberty
10 JTD
10 JTD Liberty

MAREA WEEKEND

80 16v SX
100 16v ELX
100 16v ELX C-Box
105 JTD SX
100 JTD HLX

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano
 Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
 Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
 Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA BERLINA

Os Motores
Os Interiores
Os Equipamentos
Credito, A.L.D. e Leasing
As Cores
Os Precos
Linaccessori

Y

Os Interiores
Os Equipamentos
Credito, A.L.D. e Leasing
Linaccessori
Os Precos

CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano
 Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND
 Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

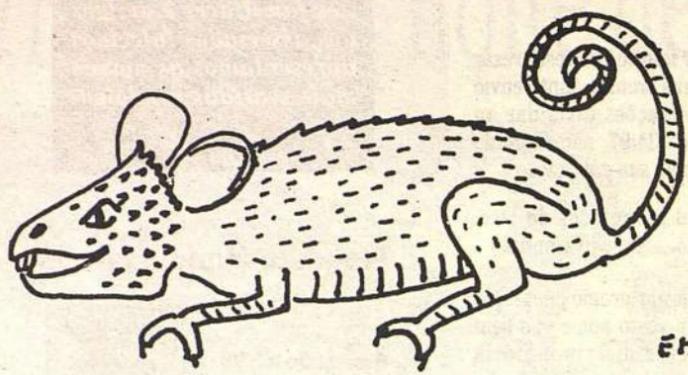
STAND
 Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

ANIMAIS RAROS & INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:

RATTUS CAHEGONICUS

NOME VULGAR:

CAHALORRATO

EM CASO DE PERIGO, MUDA DE COR E ABANDONA O NAYIO



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

HORIZONTAIS

1 - Leito; barco de recreio. 2 - Posto. 3 - Campeão; briguem; outra coisa. 4 - Som; catedrais; tribo. 5 - Combina; livro; 6 - Rijo; encaixa-se. 7 - Olfacto; correia do estribo. 8 - Partida; rema para trás; que lhe pertence. 9 - Laço; quase Soares; Serviço da República. 10 - Posto. 11 - Facto; assim seja.

VERTICAIS

1 - Espiolha; delgado. 2 - Posto. 3 - Anti-tanque; raça de touros; nota musical. 4 - Doçura; anel; a eles!. 5 - Orifício; líquido orgânico. 6 - Líquido volátil; creditar. 7 - Nome de mulher; canção. 8 - Multibanco; tempero; preposição. 9 - Pronome pessoal; Posto (pl.); estuda. 10 - Posto. 11 - Cão de fila; metal precioso.

SOLUÇÕES

HORIZONTAIS

1 - Cama; late. 2 - Tenente. 3 - As; Intem; al. 4 - Tom; sés; cla. 5 - Alia; safó; 6 - Duro; cabe. 7 - Faro; cabe. 8 - Id; sã; seu. 9 - N6; Soars; SR. 10 - Furtel. 11 - Caso; amen.

VERTICAIS

1 - Cata; fmo. 2 - Soldado. 3 - AT; Mura; fa. 4 - Mel; aro; sus. 5 - nus; soro. 6 - Eter; far. 7 - Inés; ária. 8 - ATM; sal; sem. 9 - Te; cabos; la. 10 - Alferes. 11 - Alão; ouro.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptline	1.581.217,00	2.233.078,00
1.0 Conceptline AC	1.850.239,00	2.547.833,00
1.2 3 litros TDI	2.147.808,00	3.049.643,00
1.4 Highline Automático	2.273.040,00	3.510.147,00
1.4 Conceptline TDI	2.104.992,00	3.374.221,00
Polo		
1.0 Conceptline 3p	1.718.643,00	2.411.416,00
1.4 Conceptline 3p	1.913.031,00	3.106.486,00
1.4 Highline 3p AC	2.215.812,00	3.460.740,00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.147.783,00	3.381.146,00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.214.098,00	3.458.734,00
1.4 TDI Confortline 3p	2.341.288,00	3.668.237,00
1.4 TDI Confortline 5p	2.407.600,00	3.745.822,00
1.4 TDI Trendline 5p	2.606.709,00	3.978.780,00
Polo Variant		
1.4 Confortline	2.152.411,00	3.386.561,00
1.9 SDI	2.380.002,00	4.612.507,00
1.9 TDI Trendline	2.953.691,00	5.288.723,00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	2.080.100,00	3.301.957,00
1.9 SDI AC	2.463.794,00	4.710.543,00
1.9 TDI Confortline AC	2.492.923,00	4.744.624,00
1.9 TDI Trendline AC	2.881.208,00	5.198.918,00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.313.309,00	3.592.361,00
1.4 Confortline 5p	2.378.251,00	3.668.343,00
1.4 Confortline 3p JE+AC	2.800.120,00	4.161.930,00
1.4 Confortline 5p JE+AC	2.891.623,00	4.268.989,00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.816.950,00	5.141.286,00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	2.995.329,00	5.349.989,00
1.9 TDI 90 cv 5p "25 Anos"	3.082.547,00	5.452.034,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.033.881,00	5.395.095,00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.299.650,00	5.706.045,00
1.9 TDI 110 cv "25 Anos"	3.166.851,00	5.550.670,00
1.9 TDI 115 cv 6V	3.851.577,00	6.351.799,00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion	4.116.143,00	6.661.341,00
1.9 TDI 115 cv 4 Motion Tip.	4.067.479,00	6.604.405,00
Golf Variant		
1.4 Confortline	2.713.075,00	4.060.088,00
1.9 TDI 90 cv AC	3.143.203,00	5.523.002,00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.317.469,00	5.726.893,00
1.9 TDI 115 cv 6V	3.933.480,00	6.447.626,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.149.213,00	6.700.033,00
Bora		
1.6 105 cv	3.199.252,00	5.023.401,00
1.9 TDI 110 cv	3.460.378,00	5.894.096,00
1.9 TDI 115 cv 6V	4.000.822,00	6.526.416,00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.211.926,00	6.773.408,00
Passat		
1.6 102 cv	3.647.061,00	5.553.648,00
1.9 TDI 100 cv	3.540.226,00	5.999.219,00
1.9 TDI 130 cv 6V	3.981.975,00	6.516.065,00
1.9 TDI Trendline 130 cv 6V	4.410.867,00	7.017.869,00
1.9 TDI Highline 130 cv 6V	4.829.825,00	7.508.049,00
1.9 TDI Trendline 130 cv Tiptr.	4.705.081,00	7.362.099,00
1.9 TDI "130 cv 6V 4M	4.677.320,00	7.329.619,00
2.5 TDI Highline 150 cv	5.256.657,00	9.145.385,00
2.5 TDI Highline 150 cv Tiptr.	5.531.161,00	9.466.555,00

Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv	3.777.208,00	6.276.488,00
1.9 TDI 130 cv 6V	4.219.296,00	6.793.730,00
1.9 TDI 130 cv 6V Trendline	4.647.676,00	7.294.935,00
1.9 TDI 130 cv 6V Highline	5.067.146,00	7.785.715,00
1.9 TDI 130 cv Trend.Tiptr.	4.942.230,00	7.639.563,00
Audi A2		
1.4 TDI	2.990.331,00	4.430.542,00
Audi A3		
1.6 3P	3.666.741,00	5.550.049,00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.888,00	6.441.668,00
1.9 TDI Att. 5P	4.465.165,00	7.055.072,00
Audi A4		
1.9 TDI 130 cv	4.674.038,00	7.267.864,00
2.5 TDI V6 Quattro	6.034.178,00	10.028.759,00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.746,00	7.506.202,00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.625,00	9.565.962,00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445,00	8.624.950,00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479,00	8.844.950,00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986,00	11.323.837,00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407,00	12.039.200,00
Audi A6 e Avant		
2.5 TDI 150 cv	7.216.974,00	11.412.631,00
2.5 TDI 180 cv Tiptronic	7.828.394,00	12.127.992,00
2.5 TDI 150 cv Avant	7.399.654,00	11.626.366,00
2.5 TDI 180 cv Avant Tiptr.	8.012.916,00	12.343.883,00

FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S	0.987.877,00	1.575.000,00
Seicento Sport	1.295.569,00	1.935.000,00
Seicento Elettra	3.880.342,00	4.590.000,00
Punto		
1.2 3p	1.362.033,00	2.120.000,00
1.2 ELX 5p	1.571.435,00	2.365.001,00
1.2 ELX 16v 5p	1.682.546,00	2.495.000,00
1.2 ELX 16v Speedgear	1.862.033,00	2.705.000,00
1.2 Sport 3p	1.981.691,00	2.845.000,00
1.9 JTD ELX 5p	1.725.807,00	3.805.000,00
1.9 JTD HiP 3p	1.883.926,00	3.989.999,00
Palio		
Weekend 75	1.964.597,00	2.825.000,00
Weekend 70 TD	1.902.792,00	3.610.000,00
Bravo		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
100 16v Sport	2.239.074,00	3.810.000,00
1.9 JTD Sport	2.503.585,00	4.715.001,00
Brava		
80 16v SX	2.101.349,00	2.985.000,00
105 JTD Stile	2.503.585,00	4.715.001,00
Multipla		
100 16v ELX	2.892.920,00	4.574.999,00
1.9 JTD ELX	3.054.867,00	5.360.000,00

Marea e Marea Weekend		
100 16v SX	2.221.980,00	3.790.000,00
1.9 JTD ELX	2.700.166,00	4.945.000,00
1.9 JTD Weekend	2.640.337,00	4.875.000,00
1.9 JTD HiX Weekend	3.046.320,00	5.350.000,00

LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.167.536,00
Y 1.2 cx. Autom. LS	1.962.473,00	2.822.515,00
Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.502.514,00
Libra 1.6	3.230.356,00	4.969.800,00
Libra 1.9 JTD LX	3.291.619,00	5.637.000,00
Libra 2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00
Libra SW 1.6	3.461.125,00	5.239.404,00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.864.268,00	6.307.000,00
Libra SW 2.4 JTD LX	4.094.897,00	7.481.499,00
Lancia K 2.0	4.348.971,00	7.041.000,00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.239.000,00	8.820.100,00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.718,00	9.111.100,00

RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Expression 1.2	1.427.807,00	2.140.080,00
Privilege 1.2	1.513.277,00	2.240.080,00
Clio		
RN 1.2 3p	1.591.910,00	2.332.080,00
SI 1.4 3p	1.829.864,00	2.958.080,00
RN 1.2 5p	1.656.867,00	2.408.080,00
RXE 1.4 5p	1.915.334,00	3.058.080,00
RN 1.9 D 5p	1.587.681,00	3.771.080,00
RXE 1.9 DTI	1.799.647,00	3.833.080,00
Megane		
Expression 1.4 5p	2.530.267,00	3.783.080,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.933.270,00	4.649.080,00
Expression 1.9 DCI	2.688.084,00	4.878.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.863.298,00	5.083.080,00
Megane/ Break		
Expression 1.4 16v	2.615.737,00	3.883.080,00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	3.018.740,00	4.749.080,00
Expression 1.9 DCI	2.773.554,00	4.978.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.948.768,00	5.183.080,00
Megane Classic		
Expression 1.4	2.573.002,00	3.833.080,00
Expression 1.9 DCI	2.730.819,00	4.928.080,00
Privilege 1.9 DCI	2.906.033,00	5.133.080,00
Megane Societ		
Autentique 1.9 D	2.171.613,00	3.194.080,00
Autentique 1.9 DCI	2.513.493,00	3.549.080,00
Megane Scenic		
RTE 1.4	2.486.677,00	3.732.080,00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.110,00	5.277.080,00
RXE 1.9 DCI AC	3.063.298,00	5.317.080,00
RXT 1.9 DTI AC	3.200.050,00	5.477.080,00
Laguna		
Expression 1.6	3.086.261,00	4.828.080,00
Dynamique 1.9 DCI	3.658.170,00	6.013.080,00
Privilege 1.9 DCI	3.829.110,00	6.213.080,00

Laguna Break		
Expression 1.9 DCI	3.611.161,00	5.958.080,00
Dynamique 1.9 DCI	3.854.751,00	6.243.080,00
Kangoo		
1.2	1.794.291,00	2.578.080,00
RTE 1.9 DTI	2.084.934,00	4.176.080,00
Kangoo Expresso		
FGTE RL 1.9 D 55	1.749.843,00	2.124.080,00
FGTE RL 1.9 6 Volumes	2.107.963,00	2.543.080,00

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 5p	1.281.529,00	1.859.985,00
1.2 Elegance 5p	1.558.450,00	2.365.450,00
Corsa		
1.0 3p	1.597.311,00	2.229.450,00
1.0 5p	1.657.140,00	2.299.450,00
1.7 DT 3p	1.821.389,00	3.541.450,00
1.7 DT 5p	1.881.218,00	3.611.450,00
1.7 DT Confort 5 p	2.022.244,00	3.776.450,00
1.2 Confort 5p	1.771.787,00	2.614.450,00
Astra		
Club 1.4 4p	2.431.031,00	3.691.449,00
Club 1.7 DTI 4p	2.597.458,00	4.449.450,00
Club 2.0 DTI 4p	2.575.201,00	5.009.450,00
Club 2.0 DTI 5p	2.541.013,00	4.969.450,00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.857.252,00	5.339.449,00
Sport 2.0 DTI 3p	2.763.235,00	5.229.450,00
Club 2.0 DT cx. Aut.	2.645.287,00	5.091.450,00
Club 2.0 DT Cx. Aut. 5p	2.611.099,00	5.051.450,00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.499.408,00	3.771.451,00
Club 1.7 DTI	2.665.834,00	4.529.450,00
Club 2.0 DTI	2.643.577,00	5.089.450,00
Elegance 2.0 DTI	2.959.817,00	5.459.450,00
Club 2.0 DTI Cx. Aut.	2.713.663,00	5.171.450,00
Astra Coupé		
1.8 XE	3.271.284,00	5.446.449,00
2.0 190 cv	3.994.270,00	6.675.450,00
Vectra		
1.6 4p Confort	3.145.234,00	4.923.450,00
2.0 DTI 4p Confort	3.188.876,00	5.727.450,00
2.0 DTI 5p Caravan	3.334	

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

Depoimento de um Combatente

Na minha 3ª comissão de serviço por imposição, em Angola, em 1967/1969, enfrentei dois tipos de armadilhas: na frente, em combate, implantadas pelos chamados turras, como seria de esperar; na retaguarda, insolitamente, "colocada" por um comandante de Batalhão que tinha a mania das punições por motivos inconcebíveis. Enfrentei mais este perigo, como era meu hábito, mas desta vez ingenuamente, utilizando apenas a pena. A corda partiu pelo lado mais fraco...

Sai de Nôqui com rumo ao inferno das diligências e transferências cada vez para sítios piores. O meu comandante de Companhia tinha sido «despachado» dias antes para um destino incerto. Nunca mais o vi.

Fiquei então a saber, se dúvidas tinha, que já não existia o espírito de corpo que foi apanágio da minha primeira C. Art.ª 87, em 1961/63, que, combatendo com denodo as primeiras vagas de terrorismo em Angola, com bons oficiais e soldados que se davam como irmãos, regressou à Metrópole sem ter havido uma única punição. De lamentar apenas dois mortos em combate.

Os pesadelos que me atormentavam, desde o dia em que fiz fogo sobre o primeiro homem negro que se me atravessou na picada de arma em riste, eram agora mais frequentes. O tiro de misericórdia dado por outro militar na cabeça do infeliz e outros casos, demasiado macabros mesmo para situações de guerra, nunca mais me deixaram. Estes episódios foram o início de uma série de acções em campanha que acabaram por fazer de mim um autêntico "farrapo humano" quando cheguei à minha 3ª e última comissão de serviço.

Já não era a minha guerra nem era, seguramente, a guerra do meu País que, entretanto, sofria, sem que me apercebesse, das «dores de parto» de uma futura revolução. Notava sim que eram cada vez maiores a desmotivação e o desinteresse das tropas à medida que as comissões de serviço iam decorrendo. Eu, que andava cá por «baixo» convivendo com os soldados, ficava surpreendido com as suas perguntas: - «o meu sargento acha que vale a pena nós andarmos para aqui aos tiros?». Com os milicianos passava-se o mesmo. Às vezes não respondia. De vez em quando tentava ainda fazer pedagogia militar, mas o meu estado de espírito já não convencia ninguém. Todavia, nunca fugi aos meus deveres de sargento do QP, sobretudo quando exercia, interinamente, as funções de comandante do meu Grupo de Combate. Era da arma de Artilharia, mas a minha experiência no terreno e o estágio de Operações Especiais em Lamego, conferiram-me o profissionalismo e a responsabilidade de que nunca abdiquei.

Entretanto, sentia-me cada vez mais doente, chegando a frequentar consultas de psiquiatria no Quintas. Pedi então para passar à disponibilidade, invocando o meu estado de saúde. Preferi, assim, a contragosto, arriscar o meu futuro na vida civil, para a qual não estava preparado, do que ser vítima de outra injustiça ou do desamparo a que fui votado. Sai amargurado e como se fosse uma peça de uma engrenagem chamada guerra, gasta prematuramente.

Na vida civil, em pouco mais de 14 anos, passei por sete empregos e tive "direito" a uma ficha na PIDE, conforme me avisou um antigo militar da minha Companhia em Nôqui, mais tarde agente daquela polícia política da qual saiu antes do 25 de Abril de 1974. A perseguição continuava?... Sem qualquer pensão do Exército, com a caderneta militar "suja" e sempre com os nervos à flor da pele, os meus problemas no trabalho eram uma constante. Consegui sobreviver com o apoio da minha mulher. Miraculosamente o casamento foi-se salvando.

Em 1982, fui reintegrado no Exército com o meu antigo posto de 2º Sargento e julgado incapaz de todo o serviço militar por "neurose de angústia". Não me consideraram a doença que adquirida em serviço. Requeri uma Junta de Recurso para a qual nunca fui chamado. Tomo quatro comprimidos diferentes, por dia, com breves interregnos; os meus ouvidos ficaram uma desgraça por causa dos tiros. Os meus pesadelos com o teatro da guerra vão e voltam constantemente.

Os médicos dizem que sou de stress pós-traumático de guerra.

Aqui estou eu, aos 62 anos de idade, com a ajuda da ADFA a travar, quem sabe, o meu último combate. Por culpa de quem? •

José Fadiga da Silva

Ao Director do ELO

Antes de mais as minhas saudações a toda a equipa do ELO.

Agradeço que faça publicar esta minha carta ou artigo de opinião (como achar melhor classificar o que a seguir vou escrever).

Como certamente sabe, eu bati-me muitas vezes sozinho em Assembleias Gerais, reuniões, encontros informais, audiências, enfim: de muitas maneiras durante anos, para defender aquilo que para mim sempre foi uma questão de se fazer justiça aos Antigos Combatentes afectados pelo Stress de Guerra, o reconhecimento por parte da ADFA e do Estado, que esta perturbação é real, e que pode transformar-se em doença se não for devidamente tratada a tempo.

Foi um combate duro ao longo de muitos anos, contra "lobbies" e interesses políticos instalados dentro da ADFA, que acabou, como sabe, por trazer a debate essa questão tão na ordem do dia.

Naquela altura os protagonistas que estavam à frente dos destinos da ADFA, eram em parte os mesmos que agora voltam a estar, é preciso ter azar! Pois estes senhores voltaram com a mesma prepotência e arrogância que já evidenciavam naquele tempo. Não faço ideia o que os move para não estarem predispostos pelo menos para aceitar, que se leve por diante uma luta de extrema justiça em prol dos Antigos Combatentes.

Perante tal arrogância e desrespeito pelos outros, muitas vezes dou comigo a pensar em que tipo de guerra é que estes senhores andaram que não ficaram minimamente afectados pelo Stress?

Caramba! Todos nós sabemos que uma associação é um conjunto de pessoas que se organizam para lutar ou resolver os seus problemas e atingir determinados objectivos. Elegem os que a princípio deveriam ser os mais habilitados para serem os seus dirigentes, autorizando que estes os representem em determinadas circunstâncias. Nenhum dirigente associativo está legitimado para tomar decisões que sejam contrárias ao que a maior parte dos seus associados defende, sob pena de rapidamente poder ser destituído. Ora bem! Onde é que eu quero chegar.

No passado dia 20 de Outubro, realizou-se a bem conhecida manifestação organizada pela Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, que juntou cerca de 20 mil participantes, o que a meu ver, é um número de Antigos Combatentes juntos, que deve fazer pensar qualquer Governo, penso que o nosso o está a fazer. Só quem não pensou foi a Direcção Nacional que em nome da ADFA, de imediato se apressou a fazer sair um comunicado para a comunicação social a meu ver vergonhoso, a demarcar a ADFA desta iniciativa por a considerar inoportuna e sem qualquer relação com a ADFA defende.

A meu ver o que está aqui em causa não é a manifestação em si, o que encheu de raiva estes senhores que já vêm do passado a tomar atitudes parecidas foi sim, porque se deixaram ultrapassar, perderam protagonismos e estão reféns de uma outra associação também já ultrapassada, que tem no seu seio pessoas que a seu tempo também tiveram a sua parte de poder para pôr e dispor na ADFA. Todos sabemos quem são esses senhores que agora voltaram a ter outra vez lugar garantido. Eu chamo a isto falta de estratégia e medo por parte da Direcção da ADFA, para acompanhar uma luta com estas dimensões, que diz respeito a todos nós Antigos Combatentes. Infelizmente estes senhores continuam a não estar preparados para ouvir os principais interessados antes de tomar decisões, senão vejamos: a Direcção por acaso pensou que naquela manifestação estavam centenas, senão milhares, de Associados da ADFA? A Direcção pensou antes de tomar esta decisão de emitir este comunicado, em fazer reuniões com os associados e ouvir a opinião das Delegações?

A Direcção por acaso pensou que naquela manifestação estavam quatro vezes mais Antigos Combatentes do que a totalidade de Associados em situação legal que a ADFA tem? A Direcção por acaso pensou no tipo de resposta que os seus Associados lhe podem dar, depois de devidamente

esclarecidos das consequências que esta atitude inadvertida pode trazer à ADFA? A Direcção por acaso mediu bem o peso das palavras que escreveu neste comunicado principalmente onde diz: "A ADFA em cujo seio reúne muitos Antigos Combatentes e todos Deficientes"? Será que a Direcção pensou nas consequências que pode ter este excerto de frase para os Antigos Combatentes, que a meu ver é uma autêntica divisão dos Antigos Combatentes, em os Deficientes e os outros? Outros que apesar de sofrerem de Stress de Guerra, pelo que se depreende, não devem ser Deficientes das Forças Armadas? Será que a Direcção já pensou que neste momento não tem um Psiquiatra para apoiar e tratar os seus Deficientes afectados pelo Stress de Guerra? E como tal está sem legitimidade para afirmar onde quer que seja que está atenta e a acompanhar este flagelo que afecta milhares?

Não quero terminar sem deixar aqui um apelo a todos os Antigos Combatentes, já considerados Deficientes das Forças Armadas. Cabe-vos a vós, a todos nós, a responsabilidade de não permitir que esta Direcção tome este tipo de posições, contrárias ao nosso espírito de solidariedade pelo qual sempre pugnámos e lutámos, solidariedade esta que ficou bem patente quando muitos de nós hoje já considerados Deficientes das Forças Armadas, fomos salvos por aqueles Camaradas de armas, que hoje vivem atormentados pelo terrível stress de guerra e sem qualquer perspectiva de vida futura e que esta Direcção faz questão de ignorar. Pensem nisto; pois a idade não perdoa e eles têm o direito que lhes retribuamos com a mesma solidariedade que um dia já distante em África ou em outra qualquer parte do Mundo, eles demonstraram ter por nós quando nos salvaram a vida. Ou a memória é curta? •

Mário Inácio

O Benfica de Massabi

Não!
Não se trata do nome dum clube desportivo como o título sugere.

Benfica de Massabi era o nome dum chimpanzé, propriedade dum tal Sr. Páscoa, que nos anos sessenta vivia naquela terra angolana. Concerteza ainda hoje há quem se recorde do símio.

Mas Benfica de Massabi foi também a alcunha pela qual ficou conhecido o meu querido amigo Joaquim Mateus Rodrigues.

Quem conheceu ambos, homem e primata, facilmente concordava com a justeza do epíteto.

Do macaco há muito anos que não tenho notícias.

Do homem sei que já não existe entre nós. Sei que morreu triste como triste viveu os últimos dias da sua vida.

O Joaquim Rodrigues era militar dos QP da Armada, classe de Fuzileiros, e fez várias comissões em África em unidades operacionais.

Numa delas, na Guiné, foi gravemente ferido e por via disso veio a ser considerado DFA com passagem à reforma extraordinária.

E tal como muitos de nós, que vimos a carreira militar coarctada só porque tivemos a "sorte" de nos deficientar, também o Rodrigues se ficou por ali no mesmo posto.

Um dia encontrei-o na Capital. Estava prestes a sair o famigerado 134/97 e falámos sobre o assunto.

Vi que ele acreditava seriamente na resolução do problema com a entrada em vigor dessa lei.

O pior foi quando o requerimento em que pedia a promoção foi, como a maioria dos outros, indeferido. Interpôs recurso mas o tempo foi passando sem lhe dar tempo...

A última vez que o vi já não lhe senti o pulsar da ilusão.

Agora outros "Benficas" andam iludidos em virtude da alteração à lei que está para ser discutida na Assembleia da República.

Na melhor das hipóteses só em 2003 se começa a colher algum benefício, quando o prejuízo já dura há cerca de 20 anos, como é o meu caso.

E se com a alteração que vier a verificar-se, mesmo assim, alguém for excluído...

Paz à sua Alma! •

António Varandas

Nota da Direcção Nacional

A carta do Associado Mário Inácio contém algumas afirmações que a DN entendeu deverem ser esclarecidas.

Esta equipa apresentou-se com um programa e uma lista a que os associados corresponderam numa votação por sinal mais participada do que, infelizmente, é habitual. A actual DN orienta-se por esse programa e pelas directrizes do Conselho Nacional, que são bem conhecidas.

O facto de quase todos os elementos terem já desempenhado cargos associativos deve-se a que, felizmente, a guerra acabou e somos todos os mesmos, e a que, infelizmente, poucos são os que aceitam as penosas tarefas da actividade directiva. Os "eternos regressos" parecem, pois, incontornáveis; mas esse é o preço de quem quer viver em democracia, em que não há lugares vitalícios.

Quer pelo seu programa, quer pelas orientações do CN, esta Direcção tem pugnado pela implementação das medidas de combate ao "stress de guerra", e isto em várias frentes: reivindicação legislativa, esclarecimento público, meios próprios, ainda que reduzidos. Não muito, dirão alguns; mas o suficiente para sermos considerados organização-piloto, dizemos nós. Essa posição tem transparecido, quer nas reuniões com associados, quer no "ELO", quer mesmo na comunicação social. E a DN não rejeita, à partida, colaborar com qualquer organização idónea na luta contra o flagelo do "stress de guerra".

Pôr em dúvida alguém por não ter "stress de guerra" é tão irracional como dizer que quem tem "stress" é cobarde. Afirmações deste tipo vão ao arripio de toda a vivência da ADFA; é como comparar o mérito relativo das diversas deficiências.

Há deficientes que não foram combatentes e combatentes que não são deficientes - felizmente, a grande maioria. A ADFA congrega os deficientes militares de qualquer origem; naturalmente, muitos dos seus associados pertencem também a outras organizações: de Comandos, de Paraquedistas, de Fuzileiros, Liga dos Combatentes, APOIAR, etc., etc. Não consideramos isso um problema, porquanto o que nos une é forte e específico.

A manifestação de 20 de Outubro foi dirigida aos antigos combatentes, para reivindicar a contagem de tempo de serviço e antecipação de reformas. Naturalmente, haveria associados nossos na manifestação; mas como o seu motivo base não era da área específica da ADFA, a DN clarificou a nossa posição. Além de que havia elementos de idoneidade discutível entre os organizadores da manifestação, o que levou outras associações, ainda que mais directamente relacionadas, a demarcar-se igualmente dela.

Sobre as tenebrosas intenções e negros sentimentos que lhe são atribuídas, a DN naturalmente não se pronuncia; antes remete para as palavras de Cristo: "pelos frutos os conhecereis".

Esta é uma Direcção eleita, com um mandato definido na matéria e no tempo, e não abdica de exercer as suas tarefas: se o não fizesse, estaria então demitida de facto, ainda que formalmente em funções. •



Nuno Santa Clara

Esconderijo

As imagens que nos chegam do Afeganistão não deixam de nos surpreender. Vimos as declarações bombásticas de feroz resistência, pontuadas de rajadas de Kalashnikov; assistimos a manifestações de incondicionais em prol da guerra santa; vimos desfiles guerreiros de homens, velhos e crianças devidamente armados (ao que parece, só são civis quando bombardeados); só as expressões das mulheres é que não puderam ser vistas...

Depois de todo este folclore, a situação alterou-se com uma rapidez espantosa; caíram cidades como folhas das árvores, áreas inexpugnáveis foram ocupadas, a resistência pareceu esfumar-se. Até aqui, nada de verdadeiramente surpreendente: em qualquer regime despótico, um bom abanão faz ruir todo o edifício. Quem não se lembra da queda do anterior regime, em 25 de Abril de 1974?

O que surpreende é que parecem ter desaparecido os mentores do regime dos talibans. O povo festeja a libertação, ainda que esta seja tão modesta que se limite a poder cortar a barba ou ouvir música. Mas quem, activa ou passivamente, lhe proibiu tais liberdades, desapareceu!

Os sábios analistas políticos e estratégicos têm sábias explicações: foram para as montanhas, dizem uns; foram para as grutas, dizem outros; foram para o Paquistão, dizem terceiros. Mas acho que não têm razão.

Para mim, o esconderijo daquela gente é velho conhecido. É o mesmo local onde se refugiaram os fascistas em 26 de Abril de 1974, os colaboracionistas franceses em Junho de 1944, os nazis em Maio de 1945, os comunistas depois da queda do muro, etc, etc...

Não sei bem onde fica este local, mas cabe lá muita gente...

Nuno Santa Clara

Post Scriptum: recomenda-se rever, no ELO de Setembro/Outubro último, a figura do "bode variável".



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Dia Internacional da Pessoa com Deficiência Comemorações em Castelo Branco

Com o objectivo de celebrar, a nível nacional, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência - três de Dezembro, e proporcionar momentos de reflexão técnica e partilha de experiências sobre o tema "Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência", sensibilizando a comunidade para a situação das pessoas com deficiência, com vista à sua integração plena na sociedade e envolver a comunidade local em actividades desportivas das pessoas com deficiência, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) informou a ADFA sobre o programa das actividades previstas para os dias três e quatro de Dezembro, em Castelo Branco.

Do programa das comemorações nacionais constou a partida da Marcha da Solidariedade de Viana do Castelo, no dia 16 de Novembro.

A equipa de ciclistas da ADFA vai intervir nos dias 30 de Novembro e um de Dezembro, transportando a Chama da Amizade na cidade de Viseu, numa viagem em que a Chama vai passar de mão em mão até Castelo Branco.

No dia três de Dezembro, em Castelo Branco, a Sessão Solene de abertura das comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência vai ter lugar pelas 10h15, seguindo-se actividades desportivas e o almoço oferecido aos atletas.

Pelas 15h00/15h30 vai ter lugar a chegada da Marcha da Solidariedade, decorrendo

a Sessão Solene de Abertura do Seminário "Os Direitos Humanos e a Pessoa com deficiência" pelas 15h30/16h00, no Cine-Teatro Avenida, com a presença do Presidente da República e do ministro do Trabalho e da Solidariedade.

No dia quatro de Dezembro, pelas 10h00, continua o Seminário, estando marcada para as 17h00 a Sessão Solene de Encerramento.

O itinerário da Marcha da Solidariedade teve partida de Viana do Castelo/Ponte de Lima (16/11), com passagem por Ponte de Lima/Barcelos/Braga (17/11), Braga/Guimarães/Fafe (18/11), Fafe/Felgueiras/Amarante (19/11), Amarante/Vila Real/Vila Pouca de Aguiar (20/11), Vila Pouca de Aguiar/Vidago/Chaves (21/11), Chaves/Valpaços/Mirandela (22/11), Mirandela/Macedo de Cavaleiros/Bragança (23/11), Bragança/Vimioso/Mogadouro (24/11), Mogadouro/Castelo Branco/Torre de Moncorvo (25/11), Torre de Moncorvo/Vila Nova de Foz Côa/Figueira de Castelo Rodrigo (26/11), Figueira de Castelo Rodrigo/Pinhel/Trancoso (27/11), Trancoso/Celorico da Beira/Guarda (28/11), Guarda/Manteigas/Gouveia (29/11), Gouveia/Mangualde/Viseu (30/11), Viseu/Nelas/Seia (01/12), Seia/Covilhã/Fundão (02/12) e Fundão/Alcains/Castelo Branco (03/12). •

RV

Nota da Redacção

Em virtude de um problema informático na distribuição da última edição verificaram-se erros anormais nas moradas, ficando alguns associados privados de receber o jornal.

Embora o ELO seja alheio a este erro técnico, enviaram-se jornais aos associados cujos exemplares foram devolvidos.

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

Pensões de Preço de Sangue não pagam IRS

O Tribunal Constitucional (TC), no acórdão n.º 308/2001, publicado no Diário da República de 20 de Novembro tomou uma decisão que exclui, as Pensões de Preço de Sangue (PPS) de tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), ressalvando no entanto os efeitos produzidos até ao presente.

O TC tendo por base essencialmente a natureza indemnizatória destas pensões, declarou inconstitucional, com força obrigatória geral, a alínea c), do n.º 1, do art.º 11º do código do IRS na interpretação segundo a qual as PPS nela estão abrangidas, limitando, porém, os efeitos desta declaração para o futuro.

A votação deste acórdão é reveladora das dificuldades subjacentes à questão, tendo sido aprovado por oito votos contra cinco.

O acórdão equipara na sua natureza as PPS às indemnizações por acidente de trabalho e de viação que estão excluídas de tributação em IRS. A dado passo do acórdão são também dados como exemplos os abonos suplementar e de prestação suplementar de invalidez dos deficientes das Forças Armadas, não tributados em IRS pela sua natureza indemnizatória de "danos emergentes".

Podem antever-se que a fixação da natureza indemnizatória das PPS poderá levantar outras questões de constitucionalidade do regime destas pensões.

É determinante no acórdão o facto das pensões constituírem a reparação do dano provocado pelo falecimento de alguém em determinadas circunstâncias. •

AC



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
 - ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
 - ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
 - ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
 - ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.
- Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA